



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**4º CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA A OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**Delegações de Registro Civil das Pessoas Naturais**

**EDITAL Nº 05/2006 – PROVA DE SELEÇÃO E GABARITO**

O Presidente da Comissão Examinadora do 4º Concurso Público de Provas e Títulos para a Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de São Paulo — Delegações de Registro Civil das Pessoas Naturais, Desembargador SÉRGIO JACINTHO GUERRIERI REZENDE, **TORNA PÚBLICOS** o conteúdo e o gabarito da Prova de Seleção, realizada em 05 de fevereiro de 2006:

**VERSÃO 1**

**REGISTROS PÚBLICOS**

**01.** Em relação ao procedimento de retificação de registro civil das pessoas naturais, assinale a alternativa que contém afirmação falsa.

- (A) Da decisão do Juiz cabe recurso de apelação com ambos os efeitos.
- (B) Na hipótese de correção de grafia, é desnecessária a representação da parte interessada por advogado.
- (C) A intervenção do Ministério Público é sempre obrigatória.
- (D) Trata-se de procedimento que visa corrigir erros contidos nas certidões referentes aos interessados.

**02.** Ao proceder a um registro de casamento, deverá o Oficial

- (A) enviar comunicação com resumo do assento matrimonial ao Oficial em cujo cartório encontrem-se os assentos de nascimento dos contraentes, salvo se estes estiverem localizados perante a sua serventia.
- (B) comunicar o fato ao Juiz Corregedor Permanente do Serviço.
- (C) comunicar o fato à Corregedoria Geral da Justiça.
- (D) entregar aos contraentes cópia do assento lavrado, sendo defesa a cobrança de emolumentos, para que providenciem a comunicação nos Serviços onde localizados seus assentos de nascimento.

**03.** No momento da entrada em vigor do novo Código Civil (11.01.03), a idade de João correspondia a dezenove anos completos. Em março de 2003, João



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

decidiu, sem qualquer justificativa, alterar o seu prenome. Acerca da pretensão de João, é correto afirmar-se que era

- (A) viável, uma vez que a alteração realizar-se-ia no primeiro ano após ter sido atingida a maioridade civil do interessado.
- (B) inviável, já que o prenome jamais pode ser alterado sem justificativa plausível.
- (C) inviável, uma vez que o prazo para tanto já teria transcorrido.
- (D) viável, pois entre nós vigora o princípio da mutabilidade do prenome.

**04.** Considerando a hipótese de pedido de registro de nascimento após decurso do prazo legal, analise as seguintes assertivas:

- I. o assento somente poderá ser lavrado após o despacho do Juiz competente;
- II. antes de submeter o pedido ao Juiz, o Oficial deve entrevistar o registrando e as testemunhas;
- III. as testemunhas ouvidas pelo Oficial deverão ser mais idosas do que o registrando.

São verdadeiras:

- (A) apenas I.
- (B) apenas I e II.
- (C) apenas II e III.
- (D) todas as assertivas.

**05.** Sabendo-se a diferença existente entre ato de registro e ato de averbação, assinale a alternativa que contém apenas atos de registro.

- (A) Os nascimentos, a sentença que decretar a nulidade do casamento e a interdição por incapacidade absoluta.
- (B) Os óbitos, a emancipação por outorga dos pais e a interdição por incapacidade relativa.
- (C) Os casamentos, a sentença declaratória de ausência e a sentença que decretar o restabelecimento da sociedade conjugal.
- (D) Os nascimentos, a interdição por incapacidade absoluta ou relativa e os atos judiciais que reconhecerem a filiação.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**06.** Em relação ao reconhecimento de filho:

- I. pode ser feito, entre outras hipóteses, por escritura pública ou testamento;
- II. o filho maior não pode ser reconhecido sem o seu consentimento;
- III. o reconhecimento de paternidade por absolutamente incapaz somente poderá ser efetivado por decisão judicial;
- IV. o reconhecimento espontâneo do filho pelo relativamente incapaz poderá ser efetuado sem assistência de seus pais ou tutor.

Dentre as afirmações acima, pode-se afirmar que estão corretas

- (A) todas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) I e II, apenas.

**07.** A respeito da adoção:

- I. só a pessoa maior de dezoito anos pode adotar, ou, em se tratando de adoção conjunta (por ambos os cônjuges ou companheiros), exige-se que um deles tenha completado dezoito anos;
- II. o registro original do adotado será cancelado por mandado, arquivando-se este em pasta própria;
- III. o adotante há de ser pelo menos quinze anos mais velho que o adotado;
- IV. serão registradas no Livro de Registro de Nascimento as sentenças concessivas de adoção (mediante mandado).

Estão corretas:

- (A) II e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.

**08.** Antes da assinatura dos assentos, serão estes lidos às partes e às testemunhas. Ocorrendo omissões ou erros, pode-se afirmar que:

- (A) ocorrendo irregularidade, e fazendo-se adições ou emendas, desatendidas as regras legais, mesmo assim elas produzirão efeitos jurídicos, de responsabilidade do Oficial.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(B) somente é possível fazer adições ou emendas, desde que feitas antes das assinaturas, logo em seguida à leitura.

(C) após a assinatura dos assentos, mesmo que não haja outro lavrado, adições ou emendas, somente podem ocorrer através da lavratura de outro assento, de re-ratificação.

(D) é possível a ocorrência de adições ou emendas, antes das assinaturas, ou ainda, em seguida, mas antes de outro assento, assinando-se a ressalva por todos.

**09.** Zeca, analfabeto, comparece ao Serviço de Registro Civil para lavrar o assento de nascimento de seu filho que nascera no dia anterior, juntamente com a genitora da criança, com a qual não é casado. Assinale a alternativa correta para o caso.

(A) A genitora deverá assinar o ato e, quanto ao analfabeto, basta apor sua impressão datiloscópica à margem do assento.

(B) Far-se-á declaração no assento, assinando a rogo outra pessoa e tomando-se a impressão datiloscópica da que não assinar, à margem do assento.

(C) Basta que a genitora, munida do documento do pai, seja declarante do assento de nascimento, dispensando-se o analfabeto para tanto.

(D) Qualquer das condutas é considerada correta.

**10.** No que se refere à expedição de certidões, analise as seguintes assertivas:

I. os oficiais e servidores do cartório são obrigados a lavrar certidões do que lhes for requerido e a fornecer às partes as informações solicitadas, desde que haja determinação judicial;

II. qualquer pessoa pode requerer certidão do registro sem informar ao Oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido, salvo disposição expressa em contrário;

III. qualquer pessoa pode requerer certidão do registro, e o Oficial e servidor são obrigados a fornecê-la, desde que justifique o interesse na obtenção do documento;

IV. a certidão será lavrada independentemente de despacho judicial. Pode-se afirmar que são corretas as seguintes proposições:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

- (A) II e IV, somente.
- (B) I e III, somente.
- (C) I, II e IV, somente.
- (D) II e III, somente.

**11.** Assinale a alternativa correta no que se refere à Delegação de Notas.

- (A) Todos os atos notariais podem ser praticados, também, por auxiliares, desde que regularmente admitidos pelo regime da C.L.T. e que tenham seus nomes informados à Corregedoria Geral da Justiça.
- (B) Todos os atos notariais podem ser praticados por escrevente habilitado, desde que previamente indicado pelo Tabelião ao Juiz Corregedor Permanente.
- (C) Compete, exclusivamente, ao Tabelião de notas, a lavratura de testamento e de sua revogação, aprovação de testamento cerrado, bem como assessorar as partes sobre o ato notarial a ser realizado.
- (D) Compete, exclusivamente, ao Tabelião de notas, a lavratura de testamento e de sua revogação, aprovação de testamento cerrado, bem como a abertura e encerramento dos livros do seu ofício e rubrica das respectivas folhas.

**12.** É obrigação do Tabelião:

- (A) quando da colheita de assinatura dos interessados fora do cartório, por auxiliares, determinar o preenchimento da ficha de assinaturas, se ainda não existir no arquivo do cartório.
- (B) quando da lavratura de instrumento público em idioma estrangeiro, exigir a participação de tradutor público juramentado, comunicando o fato ao Juiz Corregedor Permanente.
- (C) remeter a todos os cartórios de Notas e de Registro de Imóveis do Estado cartões com seus autógrafos e os de seus substitutos autorizados a subscrever traslados e certidões, reconhecer firmas e autenticar cópias reprográficas, para o confronto com as assinaturas lançadas nos instrumentos que lhes forem apresentados.
- (D) nenhuma das alternativas.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**13.** Assinale a alternativa incorreta.

- (A) Mesmo que ressalvadas, ficam reprovadas as entrelinhas que afetem partes essenciais do ato.
- (B) Ato revocatório ou de substabelecimento de procuração somente pode ser efetivado na serventia onde lavrado.
- (C) Nas escrituras tornadas sem efeito, deverá o Tabelião certificar os motivos, datando e assinando o ato.
- (D) Na ausência de assinatura de uma das partes, o Tabelião declarará incompleta a escritura, consignando as assinaturas faltantes, ficando proibido o fornecimento de certidão ou traslado sem ordem judicial.

**14.** Pretendendo a conversão da união estável em casamento, os conviventes devem

- (A) requerê-la perante o Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais de seu domicílio, iniciando-se o procedimento de habilitação. Deferido o pedido pelo Juiz Corregedor, será lavrado o assento da conversão, independentemente de qualquer solenidade, prescindindo o ato da celebração do matrimônio.
- (B) requerê-la diretamente ao Juiz Corregedor que, após colher prova da união estável, deferirá ou não o pedido. Em caso de deferimento, em face do princípio da publicidade, deverá constar do assento a data inicial da união estável.
- (C) requerê-la perante o Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais de seu domicílio, dando início ao processo de habilitação. Não havendo impugnação, será realizada a solenidade da conversão, nos mesmos moldes do matrimônio, considerando-se efetivada a conversão somente após o Juiz de Casamento usar a fórmula estabelecida pela lei.
- (D) requerê-la perante o Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais de seu domicílio que, após dar início ao procedimento de habilitação, encaminhará o pedido ao Juiz Corregedor. Este colherá prova da união estável, deferindo ou não o pedido, salvo quando existirem filhos anteriormente registrados em nome dos conviventes, caso em que ficará dispensada a colheita da prova.

**15.** Assinale a alternativa correta no que se refere ao Registro Civil.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

- (A) Qualquer documento pode ser inutilizado, desde que reproduzido previamente, não havendo necessidade de autorização.
- (B) Nenhum documento pode ser inutilizado, sendo a guarda e manutenção deles de responsabilidade do Oficial.
- (C) Alguns documentos, elencados por leis e normas, podem ser inutilizados, após prévia reprodução e autorização do Juiz Corregedor Permanente.
- (D) Qualquer documento pode ser inutilizado, desde que haja prévia autorização da Corregedoria Geral da Justiça.

**16.** Para que um assento de casamento de brasileiro em país estrangeiro, tomado por Oficial Público daquele país, seja considerado autêntico, é necessário que

- (A) a respectiva certidão esteja legalizada pelo Cônsul brasileiro, e deve ser registrada no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da volta de um ou ambos os cônjuges ao Brasil, no cartório do respectivo domicílio ou, na sua falta, no 1.º Ofício da Capital do Estado em que passarem a residir.
- (B) a respectiva certidão esteja legalizada pelo Cônsul brasileiro e deve ser registrada a qualquer tempo, sempre no cartório do 1.º Ofício da Capital do Estado em que passarem a residir.
- (C) a respectiva certidão esteja legalizada pelo Cônsul brasileiro e deve ser registrada no Registro de Títulos e Documentos, devidamente traduzida.
- (D) acompanhada a certidão da devida tradução, deve ser homologada pelo S.T.J. e registrada no 1.º Ofício da Capital do Estado em que passarem a residir.

**17.** Supondo-se que pessoa jurídica estrangeira, autorizada a funcionar no Brasil, intencione adquirir imóvel rural, é correto afirmar que

- (A) não há qualquer restrição à compra, desde que funcione em território nacional há mais de cinco anos.
- (B) somente poderá adquirir imóveis rurais, seja qual for a extensão, diante da aprovação do INCRA.
- (C) não há qualquer restrição à compra.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(D) somente poderá adquirir imóveis rurais, seja qual for a extensão, mediante a aprovação do Ministério da Agricultura.

**18.** Os Notários e os Oficiais de Registro estão sujeitos a penalidades pelas infrações que praticarem, assegurado amplo direito de defesa. No caso de reiterado descumprimento dos deveres ou de falta grave, a que penalidade estarão sujeitos?

- (A) Repreensão.
- (B) Suspensão por 90 dias, prorrogável por mais 30 dias.
- (C) Multa.
- (D) Perda de delegação.

**19.** Assinale a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade civil dos Notários e dos Oficiais de Registro depende da responsabilidade criminal.
- (B) Cada serviço Notarial ou de Registro funcionará em um só local, sendo permitida a instalação de sucursal.
- (C) Os assentos do registro civil de nascimento e os de óbito, bem como as respectivas certidões são gratuitos para os reconhecidamente pobres.
- (D) Ao Oficial de Registro Civil compete a prática dos atos relacionados na legislação pertinente, dependendo de prévia distribuição, não ficando sujeitos às normas que definirem as circunscrições geográficas.

**20.** Assinale a alternativa incorreta, relativamente aos emolumentos.

- (A) São contribuintes dos emolumentos as pessoas físicas ou jurídicas que se utilizarem dos serviços ou da prática dos atos notariais e de registro.
- (B) Lei Estadual estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos Serviços Notariais e de Registro.
- (C) Na falta de previsão nas notas explicativas e respectivas tabelas, só serão cobradas as despesas pertinentes ao ato praticado quando autorizadas pela Corregedoria Geral da Justiça.
- (D) São sujeitos passivos por substituição, no que se refere aos emolumentos, os Notários e os Registradores.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**21.** Qual o prazo de validade da certidão do Registro de Imóveis para a lavratura de escritura pública?

- (A) 15 dias.
- (B) 30 dias.
- (C) 45 dias.
- (D) 60 dias.

**22.** A quanto deve corresponder o valor dos emolumentos das escrituras de compromisso de venda e compra, em porcentual das escrituras com valor declarado?

- (A) 30%.
- (B) 40%.
- (C) 50%.
- (D) 75%.

**23.** Em que caso se pode lavrar escritura pública de adoção?

- (A) Nenhum.
- (B) Com autorização dos pais do adotando.
- (C) Com alvará judicial.
- (D) Se o adotando for maior.

**24.** Não é objeto de registro em Registro Civil das Pessoas Naturais a

- (A) emancipação por outorga dos pais.
- (B) interdição por capacidade relativa.
- (C) sentença declaratória de ausência.
- (D) sentença de tutela de menor abandonado.

**25.** Não depende de testemunhas

- (A) o assento de conversão da união estável em casamento.
- (B) o assento de declarante procurador, desde que a procuração seja por escritura pública, outorgada com poderes especiais, com menção de pelo



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

menos duas testemunhas, devidamente qualificadas, que presenciaram o fato objeto do assento e o ato notarial.

(C) a petição de registro tardio (registro civil fora do prazo).

(D) a habilitação de casamento, desde que as testemunhas compareçam à celebração.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**26.** Assinale a alternativa correta.

A elaboração de uma nova Constituição é da competência do denominado Poder Constituinte Originário. São formas de exercício do Poder Constituinte:

(A) o poder Constituído e o Conselho de Notáveis.

(B) a revolução e a Assembléia Constituinte.

(C) a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

(D) os representantes da Sociedade Civil e do Congresso Nacional.

**27.** Assinale a alternativa correta.

A Constituição Federal estabelece que todo o poder emana do povo, que o exerce mediante representantes eleitos, ou diretamente, por meio do

(A) referendo, do *habeas corpus* e da ação popular.

(B) referendo, da ação popular e do plebiscito.

(C) mandado de injunção e da iniciativa popular.

(D) plebiscito, do referendo e da iniciativa popular.

**28.** Assinale a alternativa correta.

A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; do Presidente da República ou de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros. Não será, porém, objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir

(A) a separação dos Poderes; os direitos e garantias individuais; o salário mínimo e a vedação do trabalho aos menores de 14 anos.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(B) a forma federativa; a competência do tribunal do júri para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida; o *habeas corpus* e a aposentadoria integral dos funcionários públicos.

(C) o voto direto, secreto, universal e periódico; o regime presidencialista; a irredutibilidade dos salários e os direitos e garantias individuais.

(D) a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais.

**29.** Assinale a alternativa correta.

A jurisprudência vem considerando o SCPC e SERASA como entidades de caráter público. De qual remédio jurídico-processual de natureza constitucional pode valer-se o consumidor para assegurar o conhecimento de informações relativas à sua pessoa constantes de registros ou bancos de dados e para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo?

(A) Mandado de Injunção.

(B) Mandado de Segurança.

(C) *Habeas Data*.

(D) *Habeas Corpus*.

**30.** Assinale a alternativa correta.

São privativos de brasileiro nato os cargos

(A) de Presidente e Vice-Presidente da República e de Oficial das Forças Armadas.

(B) de Presidente da Câmara dos Deputados e de Juiz Federal.

(C) de Senador e Ministro da Fazenda.

(D) de Ministro do Supremo Tribunal Federal e de Procurador Geral do Estado.

**31.** Assinale a alternativa correta.

O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios

(A) para os analfabetos que sabem assinar o próprio nome.

(B) para os maiores de dezoito anos.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(C) para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos que possuem o título eleitoral.

(D) para os estrangeiros residentes no País com visto permanente.

**32. Assinale a alternativa correta.**

Em caso de vacância do cargo de Presidente da República, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência:

(A) o Vice-Presidente, que convocará nova eleição para noventa dias depois de aberta a vaga, a ser presidida pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

(B) o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.

(C) o Deputado Federal mais votado, o Presidente da Câmara dos Deputados e o do Senado Federal.

(D) o Vice-Presidente, o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.

**33. Assinale a alternativa correta.**

O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio

(A) após prévia separação judicial por mais de um ano, nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos.

(B) desde que cumpridas as obrigações assumidas pelo requerente na separação, tratando-se de pedido de conversão da separação judicial em divórcio.

(C) desde que ao tempo da separação de fato não estivesse vivendo em concubinato.

(D) desde que, em se tratando de estrangeiros, sejam casados pela lei brasileira e domiciliados no Brasil.

**34. Em concurso público, a participação de examinador que é sócio dos dois primeiros colocados no certame, ainda que não haja lei específica proibindo, ofende o princípio constitucional da**

(A) eficiência.

(B) legalidade.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

- (C) moralidade.
- (D) publicidade.

**35.** Compete privativamente autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente, o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado

- (A) ao Senado Federal.
- (B) à Câmara dos Deputados.
- (C) ao Supremo Tribunal Federal.
- (D) ao Conselho Nacional de Justiça.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**36.** Com relação ao poder disciplinar da Administração pública, pode-se afirmar que é

- (A) faculdade punitiva interna da Administração, só abrangendo as infrações relacionadas com o serviço.
- (B) faculdade punitiva interna da Administração, não alcançando fatos já previstos pelo direito penal, visto que este já se dá por meio da Justiça Penal, com o que se evita o *bis in idem*, repellido pelo direito positivo pátrio.
- (C) faculdade punitiva interna da Administração, devendo, no entanto, o superior hierárquico observar o princípio da pena específica, segundo o qual não haverá falta administrativa, nem pena sem prévia e expressa definição legal.
- (D) um poder-dever do superior hierárquico, que há de, tão logo verificado o ato, aplicar a pena e ordenar a publicação, salvo nos casos em que lhe falte competência, hipótese em que deverá levar o fato ao conhecimento da autoridade competente que, tomando ciência dele e sem delongas, imporá a pena e a fará publicar na imprensa oficial, ressalvando que a defesa e a invalidação do ato se dará pelo Judiciário, em respeito ao *due process of law* e à ampla defesa.

**37.** O serviço público delegado a particulares por concessão é aquele que decorre da lei



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(A) ou do contrato, na forma autorizada e regulamentada pelo Executivo, sendo remunerado por taxa fixada em lei.

(B) do contrato ou de ato unilateral, na forma autorizada e regulamentada pelo Executivo.

(C) ou de ato unilateral, sendo remunerado por tarifa.

(D) ou do contrato, na forma autorizada e regulamentada pelo Executivo.

**38.** Os serviços públicos *uti universis*, ao contrário dos *uti singuli*,

(A) são divisíveis, e a Administração presta-os a usuários indeterminados, mantendo-os por taxa.

(B) são indivisíveis, e a Administração presta-os a usuários determinados, mantendo-os por impostos.

(C) são indivisíveis, e a Administração presta-os sem ter usuários indeterminados, mantendo-os por tarifa.

(D) são indivisíveis, e a Administração presta-os a usuários indeterminados, mantendo-os por impostos.

**39.** A estabilidade no serviço público é garantia constitucional de permanência no serviço público,

(A) que admite a exoneração *ad nutum*, apenas após o estágio probatório.

(B) que excepciona o poder disciplinar da Administração.

(C) após o estágio probatório.

(D) que prescreve o estágio probatório após a efetiva aquisição da estabilidade.

**40.** A presunção de legitimidade dos atos administrativos

(A) autoriza sempre a imediata execução do ato, desde que previamente declarado perfeitamente legal pelo controle externo, porque no Estado de Direito esse é o princípio garantidor da separação e harmonia dos Poderes.

(B) autoriza sempre a imediata execução do ato, porque decorre do princípio da legalidade da Administração, que, no Estado de Direito, informa toda a atuação governamental.

(C) autoriza a imediata execução do ato só nos casos *in claris cessat interpretatio*.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(D) não autoriza a imediata execução do ato, porque a presunção é uma ficção jurídica que, na maior parte das vezes, gera graves prejuízos aos particulares e à Administração, atravancando o Poder Judiciário.

**41.** No tocante à invalidação dos atos administrativos do Executivo, é certo que

- (A) o Poder Judiciário pode revogar e anular os referidos atos.
- (B) o Executivo pode revogar, mas nunca anular seus próprios atos.
- (C) o Executivo pode revogar ou anular seus próprios atos.
- (D) o Poder Judiciário pode revogar os referidos atos.

**42.** Quanto aos bens públicos, é certo afirmar que (A) não poderão ser praceados, nem gravados com direitos reais de garantia, não sendo, ademais, suscetíveis de usucapião.

- (B) não poderão ser praceados, nem suscetíveis de usucapião, nada impedindo, em casos especiais, sejam gravados com direitos reais de garantia.
- (C) não poderão ser praceados, nem gravados com direitos reais de garantia, nada impedindo sejam suscetíveis de aquisição por usucapião *pro labore*.
- (D) não poderão ser gravados com direitos reais de garantia, não sendo suscetíveis de usucapião, mas podem ser praceados.

**43.** A concessão de uso de bem público é

- (A) o ato unilateral, precário e discricionário pelo qual a Administração transfere o uso remunerado ou gratuito de um bem público, para uso específico, com tempo certo ou por prazo indeterminado.
- (B) o ato unilateral, precário e discricionário pelo qual a Administração faculta a alguém o uso para finalidade específica de um bem público.
- (C) o ato unilateral, precário e discricionário de bem público, pelo qual a Administração consente na prática de atividade individual, compatível com sua destinação principal e propiciando serventia para a coletividade.
- (D) o contrato pelo qual a Administração transfere a alguém o uso de um bem público.

**44.** A requisição é



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(A) o pedido de bens ou serviços particulares, pelo Poder Público, visando à execução mediata e direta da autoridade requisitante e indenização prévia e justa, para atendimento de necessidades coletivas urgentes e transitórias.

(B) a utilização coativa de bens ou serviços particulares, pelo Poder Público, por ato de execução imediata e direta da autoridade requisitante e indenização ulterior, para atendimento de necessidades coletivas urgentes e transitórias.

(C) a utilização consensual de bens ou serviços particulares, pelo Poder Público, por ato de execução imediata e direta da autoridade requisitante e indenização ulterior, para atendimento de necessidades coletivas urgentes e transitórias.

(D) a utilização coativa de bens ou serviços particulares, pelo Poder Público, por ato de execução imediata e direta da autoridade requisitante e indenização prévia e justa, para atendimento de necessidades coletivas urgentes e transitórias.

**45.** A responsabilidade civil do Estado é

(A) subjetiva, quanto aos atos de seus prepostos, em relação ao terceiro lesado, se o preposto é réu na ação principal, cabendo a prova da culpa.

(B) objetiva nos casos de comissão e subjetiva, nos de omissão.

(C) objetiva, quanto aos atos do seu agente delegado, em relação ao terceiro lesado, se ele for denunciado à lide em ação de regresso.

(D) subjetiva, quanto ao ente público, se o preposto agiu com dolo ao lesar terceiro.

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

**46.** É elemento essencial da definição de tributo, como estabelecido no Código Tributário Nacional,

(A) estar submetido à reserva legal.

(B) ser sanção de ato ilícito.

(C) constituir a sua cobrança, atividade administrativa plenamente discricionária.

(D) ser pago com a prestação de serviço.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**47.** Indique a afirmação correta.

- (A) A Constituição Federal enumera os impostos de competência da União, que somente por Emenda Constitucional poderá instituir novos impostos além dos já previstos, para compor sua receita tributária.
- (B) A enumeração dos impostos da União pela Constituição Federal é exaustiva, vedada a sua ampliação.
- (C) A Constituição Federal enumera os impostos de competência da União, que pode instituir, mediante lei complementar, outros além dos previstos, desde que respeitadas restrições constantes da Carta Maior quanto à natureza, à hipótese de incidência e à base de cálculo.
- (D) A enumeração dos impostos da União pela Constituição Federal é exaustiva, podendo lei complementar ampliá-los somente se se tratar de impostos extraordinários na iminência ou no caso de guerra externa.

**48.** Em matéria tributária, as Medidas Provisórias

- (A) podem aumentar a alíquota de quaisquer impostos ou contribuições, para serem cobrados imediatamente, excluindo-se apenas os impostos de competência dos Estados.
- (B) não podem instituir ou majorar tributos, em nenhuma hipótese.
- (C) podem instituir ou majorar impostos, desde que a respectiva cobrança tenha lugar apenas no exercício seguinte ao da sua edição e que sejam convertidas em lei no prazo máximo de 120 dias.
- (D) podem instituir impostos ou aumentar as alíquotas previstas em lei, desde que a respectiva cobrança só tenha lugar no exercício seguinte ao de sua conversão em lei, respeitado o princípio da anterioridade.

**49.** O exercício potencial do Poder de Polícia

- (A) faculta a incidência simultânea da taxa de serviço e da taxa de polícia.
- (B) permite a exigência de taxa de serviço.
- (C) possibilita a exigência de taxa de polícia.
- (D) não permite a exigência de taxa.

**50.** A União pode instituir, por lei complementar, os impostos sobre



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

- (A) produtos estrangeiros.
- (B) grandes fortunas.
- (C) impostos extraordinários, no caso de iminência ou de guerra externa.
- (D) operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

**51.** Em tema de empréstimo compulsório, pode-se afirmar que

- (A) somente a União, por meio de lei complementar, pode instituí-los.
- (B) esses empréstimos podem ser instituídos pela União, pelos Estados e pelos Municípios.
- (C) para sua instituição, faz-se necessária a edição de lei ordinária federal.
- (D) a aplicação dos recursos provenientes de sua arrecadação não poderá ser vinculada a nenhuma despesa.

**DIREITO CIVIL**

**52.** Não havendo termo para o cumprimento de uma obrigação de fazer, como se caracteriza a mora do devedor?

- (A) Pelo protesto cambial.
- (B) Pelo ajuizamento de ação.
- (C) Mediante interpelação judicial ou extrajudicial.
- (D) Pela reclamação.

**53.** Considera-se perfeita a venda e compra quando

- (A) um dos contratantes se obriga a transferir o domínio de uma coisa e o outro, a pagar o preço.
- (B) haja acordo sobre a coisa e seja efetuado o pagamento.
- (C) é entregue a coisa, ainda que o pagamento deva ser realizado posteriormente.
- (D) há a imissão provisória na posse da coisa, condicionada a posse definitiva ao pagamento do preço.

**54.** Incorre de pleno direito o devedor na cláusula penal,

- (A) desde que haja condenação judicial.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(B) mesmo nas hipóteses em que o descumprimento da obrigação tenha-se dado por caso fortuito ou força maior.

(C) somente se houver prejuízo.

(D) desde que, culposamente, deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora.

**55.** Sobre o reconhecimento de filhos havidos fora do casamento, é possível dizer que

(A) é eficaz o reconhecimento feito sob condição.

(B) é irrevogável, mesmo se feito em testamento.

(C) não pode preceder o nascimento do filho.

(D) somente tem valor, quando feito judicialmente, se constituir o objeto único do ato que o contém.

**56.** A adoção

(A) elimina os vínculos com os parentes consangüíneos, inclusive os impedimentos para o casamento.

(B) pressupõe que o adotante seja pelo menos doze anos mais velho que o adotado.

(C) depende de sentença constitutiva, mesmo quando diga respeito a maiores de dezoito anos.

(D) pode ser livremente feita por duas pessoas, conjuntamente.

**57.** Sobre o regime de bens, é correto afirmar que

(A) é obrigatório o regime de separação de bens de todos os que dependerem, para casar, de suprimento judicial.

(B) havendo convenção nula, em pacto antenupcial, o regime a prevalecer terá de ser objeto de decisão judicial.

(C) mesmo no regime de separação, não é dado a cada um dos cônjuges alienar ou gravar de ônus real seus bens sem o consentimento do outro.

(D) subsiste, no direito brasileiro, o regime dotal.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**58.** A partir de que valor é indispensável a escritura pública para a constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis?

- (A) Nove mil reais.
- (B) Trezentas Unidades Fiscais do Estado de São Paulo.
- (C) Oito mil e quinhentos reais.
- (D) Trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País.

**59.** Se algum comparecente à escritura pública não souber a língua nacional e o Tabelião não entender o idioma em que se expressa, não havendo na localidade tradutor público, como se há de proceder?

- (A) Não se lavra a escritura.
- (B) Convoca-se pessoa capaz que, a juízo do Tabelião, tenha idoneidade e conhecimentos bastantes para servir de intérprete.
- (C) Solicita-se um alvará judicial.
- (D) Convocam-se duas testemunhas que conheçam o idioma.

**60.** Em que caso se extingue o mandato em *causa própria*?

- (A) Com a morte do mandatário.
- (B) Com a morte do mandante.
- (C) Em nenhum caso.
- (D) Pela revogação.

**61.** O prazo máximo de decadência para o vendedor recobrar o imóvel cuja venda estipulou a possibilidade de retrovenda é de

- (A) três anos.
- (B) trinta anos.
- (C) vinte anos.
- (D) quinze anos.

**62.** Quanto à Lei de Introdução do Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa errada.

- (A) A lei do país em que for domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade, os direitos de família.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Por isso, é errado dizer que as formas dos atos de estado civil são regidas pelo princípio *locus regit actum*.

(B) Tratando-se de brasileiros, as autoridades consulares brasileiras são competentes para celebrar o casamento e demais atos de Registro Civil e de Tabelionato, inclusive o registro de nascimento e de óbito de filho de brasileiro ou brasileira nascido no país da sede do consulado.

(C) A lei do domicílio do herdeiro ou legatário regula a capacidade para suceder.

(D) Quando a lei for omissa, o Juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito, observando-se que a solução por analogia é por auto-integração e que a solução pelos costumes é por heterointegração.

**63.** Assinale a alternativa correta.

(A) Instrumento particular sem assinatura de duas testemunhas não tem efeitos.

(B) Antes da vigência do Código Civil de 2002, a emancipação voluntária poderia ser por instrumento público ou instrumento particular; mas, após a vigência desse novo Código, apenas por instrumento público.

(C) Traslados e certidões extraídos por Tabelião e por Oficial de Registro são instrumentos públicos; traslados e certidões de atos originariamente produzidos em Juízo são documentos públicos, mas não são instrumentos públicos.

(D) Procuração para casar bem como requerer habilitação para o casamento só pode ser feita por instrumento público.

**64.** É requisito essencial de escritura pública de constituição de hipoteca, sem o qual não poderá ser registrada:

(A) menção ao valor do imóvel com indicação de que este servirá de base para a arrematação, adjudicação e remição.

(B) menção à taxa dos juros.

(C) menção ao prazo fixado para pagamento.

(D) menção ao valor do crédito, sua estimação ou valor máximo.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**65.** Tício, proprietário e possuidor de um imóvel, vendeu-o para Caio e, por força do negócio, continuou na posse do bem por mais de um ano, como locatário. Então, nesse negócio, houve

- (A) comosse.
- (B) *traditio brevi manu*.
- (C) constituto possessório.
- (D) quase-posse.

**66.** Considere as seguintes informações:

I. É possível o registro imobiliário de compromisso de venda e compra em que o promitente-comprador consta como usufrutuário na matrícula do imóvel, não havendo necessidade de prévia renúncia ao usufruto.

II. Usufrutuário não pode alienar o usufruto em si, mas pode ceder a terceiro o seu exercício a título oneroso ou gratuito, cessão essa que não pode ingressar no fôlio real, pois apenas gera direito pessoal (não direito real).

III. Usufrutuário não pode alienar o imóvel, mas pode dispor dos frutos ou rendimentos e, assim, admite-se que os ofereça em anticrese, em escritura pública que comporta registro imobiliário.

IV. Titulares de domínio pleno, de domínio útil e de domínio resolúvel têm legitimação para instituir usufruto, mas compromissário comprador não a tem.

Pode-se dizer que

- (A) todas as afirmações estão corretas.
- (B) todas as afirmações estão incorretas.
- (C) estão corretas apenas as afirmações II e IV.
- (D) estão corretas apenas as afirmações I e III.

**67.** Quando o usufruto resulta de reserva na doação da coisa, além de *usufruto reservado*, também é conhecido como

- (A) usufruto restrito.
- (B) usufruto impróprio (ou quase-usufruto).
- (C) usufruto *deducto*.
- (D) usufruto sucessivo.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**68.** Assinale a alternativa incorreta.

- (A) O proprietário da obra responde, solidariamente com o empreiteiro, pelos danos que a demolição de prédio causa no imóvel vizinho.
- (B) Convenção de condomínio aprovada, mas não registrada, não tem eficácia alguma.
- (C) O incorporador, como fornecedor de um produto durável, é solidariamente responsável pelos vícios de qualidade ou quantidade, sejam aparentes, ocultos ou de estrutura, que forem verificados na obra.
- (D) Não pode exceder de cinco anos a indivisão estabelecida pelo doador ou pelo testador.

**69.** Assinale a alternativa errada.

O compromisso de compra e venda

- (A) de imóvel loteado, para qualquer tipo de loteamento, sempre deverá ser irretratável.
- (B) confere direito à adjudicação compulsória, ainda que não registrado na matrícula do imóvel.
- (C) só confere direito real à aquisição do imóvel, quando irretratável e registrado no Cartório de Registro de Imóveis.
- (D) de imóvel loteado, para qualquer tipo de loteamento, não vale como título para o registro da propriedade, ainda que acompanhado da respectiva prova de quitação, e, por isso, é sempre indispensável escritura pública de venda e compra.

**70.** Quanto à pessoa natural, assinale a alternativa correta.

- (A) A morte, em situações de catástrofe, pode ser presumida, sem declaração de ausência, possibilitando o assento de óbito em cumprimento de mandado judicial.
- (B) A mudança de estado civil afeta a capacidade de agir, mas não interfere na legitimação.
- (C) Patronímico é elemento imutável integrante do nome.
- (D) Os direitos da personalidade são intransmissíveis, irrenunciáveis e de pretensão relativa (não *erga omnes*).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**71.** A doação feita por pessoa idosa, que por ela fica sem bens ou renda para garantir sua subsistência, é

- (A) inexistente.
- (B) válida.
- (C) nula.
- (D) anulável.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**72.** Sobre as partes do processo, é correto dizer que

- (A) a pendência do processo é fator impeditivo da alienação da coisa litigiosa.
- (B) a alienação da coisa litigiosa por ato *inter vivos*, no curso do processo, não altera a legitimidade, prosseguindo o feito entre as partes originárias e somente podendo ingressar o adquirente, em substituição ao alienante, se a parte contrária o consentir.
- (C) falecendo uma das partes, em nenhum caso será extinto o processo, sendo sempre possível a habilitação dos sucessores.
- (D) pessoa falecida pode ser parte, desde que devidamente representada pelos sucessores.

**73.** Considere as seguintes frases:

- I. A citação por via postal não é admissível em ações de estado ou quando for ré pessoa incapaz.
- II. O comparecimento espontâneo do réu não supre a falta da citação, que deve ser sempre realizada pelos meios previstos em lei.
- III. A citação por Oficial de Justiça não pode em hipótese alguma ser feita em dias feriados.
- IV. Na citação por edital, o prazo nele fixado pelo Juiz não se confunde com o prazo de defesa, decorrente do procedimento observável em cada caso.

Pode-se dizer que estão

- (A) corretas apenas as de n.º I e IV.
- (B) todas corretas.
- (C) corretas apenas as de n.º II e III.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(D) corretas apenas as de n.º III e IV.

**74.** Podem ser conhecidas de ofício pelo Juiz, para efeito de extinção do processo sem apreciação do mérito, as seguintes matérias:

- (A) compromisso arbitral, decadência e coisa julgada.
- (B) compromisso arbitral, pressupostos processuais e litispendência.
- (C) prescrição, condições da ação e pressupostos processuais.
- (D) coisa julgada, perempção e condições da ação.

**75.** Sobre os atos do Juiz, é correto dizer que (A) os despachos de mero expediente não precisam ser proferidos pelo Juiz, podendo sê-lo pelo próprio cartório.

- (B) decisão interlocutória é o mesmo que decisão terminativa simples.
- (C) sentença é o ato que põe fim ao processo, com ou sem julgamento de mérito.
- (D) dependem sempre de provocação das partes, não podendo ser praticados de ofício.

**76.** Considere as assertivas a seguir sobre a força probante dos documentos:

I. A escritura pública, mesmo quando da essência do ato, pode ser suprida por declaração conjunta dos interessados ou por confissão.

II. Autor do documento particular é quem o assina ou, mesmo sem assinar, quem o manda compor, no caso de documentos que segundo a experiência comum não são assinados (como livros comerciais e assentos domésticos).

III. Fazem a mesma prova que os originais os traslados e as certidões extraídas por Oficial Público, de instrumentos ou documentos lançados em suas notas.

IV. Não tem fé pública a escritura, lavrada por Tabelião, na parte correspondente ao conteúdo das declarações feitas pelos particulares que comparecem ao ato.

Pode-se afirmar que

- (A) apenas a assertiva I é falsa.
- (B) são verdadeiras todas as assertivas.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(C) são falsas as assertivas II e IV.

(D) são falsas as assertivas I e IV.

**77.** Condenado o obrigado, em processo de conhecimento, a emitir declaração de vontade:

(A) não é admitida, no sistema processual brasileiro, sentença nos moldes do enunciado.

(B) caberá processo de execução para a exigência do cumprimento, com possibilidade de oposição de embargos.

(C) a obrigação será exigida mediante cominação de multa diária e, no caso de descumprimento, será convertida em perdas e danos.

(D) a sentença, uma vez transitada em julgado, produzirá os efeitos da declaração a ser emitida.

**78.** Em matéria recursal, é adequado falar que

(A) cabe agravo contra decisões interlocutórias e contra sentenças de extinção do processo sem julgamento do mérito.

(B) a apelação é o recurso cabível contra sentença, tenha ou não sido apreciado o mérito.

(C) cabe agravo contra despachos de mero expediente.

(D) os embargos de declaração são destinados a possibilitar a reconsideração da decisão pelo próprio órgão judiciário que a proferiu.

**79.** Admite-se a penhora

(A) do veículo de transporte, mesmo quando utilizado como instrumento de trabalho pelo devedor.

(B) do imóvel residencial próprio do executado ou da entidade familiar, na execução promovida pelo credor em decorrência de financiamento destinado à construção ou aquisição do imóvel.

(C) do salário.

(D) dos livros, máquinas e utensílios, ainda se necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DIREITO COMERCIAL**

**80.** Entre as hipóteses aventadas, são empresários:

(A) os prestadores de serviços de *internet* que só atendem a domicílio para consertar e adaptar aparelhos de computador, auxiliados por ajudantes gerais.

(B) os médicos, os dentistas, os engenheiros e arquitetos que se associaram para dividir o mesmo estabelecimento, adquirido para exercerem suas atividades.

(C) os técnicos em contabilidade, em eletrônica, corretores de seguros, que se associaram e organizaram empresa para prestar serviços, cobrando remuneração mensal.

(D) nenhuma das alternativas anteriores.

**81.** Aponte a alternativa falsa.

(A) O sócio que, a título de cota social, transmitir posse ou uso de bens móveis para pagar o seu valor, responde pelos vícios redibitórios dos bens transmitidos.

(B) Por dois anos depois da saída do sócio, o cedente responde solidariamente com o cessionário perante terceiros.

(C) Os sócios remissos podem ser obrigados a entregarem a sua cota para todos os sócios, se não integralizarem a sua.

(D) São irrevogáveis os poderes do sócio investido na administração da sociedade simples por cláusula contida no contrato social ou cláusula expressa em separado.

**82.** Sem prejuízo da faculdade de participar das deliberações sociais, não pode o comanditário

(A) pagar dívida da sociedade.

(B) praticar ato de gestão ou ter o nome na firma social.

(C) receber procuração específica para negociar título não resgatado por devedor insolvente.

(D) nenhuma das alternativas anteriores.

**83.** A apuração de haveres do sócio excluído é feita



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

- (A) por balanço de determinação ou real.
- (B) pelo último balanço aprovado em reunião para tal fim.
- (C) pela avaliação feita por auditor nomeado pelos majoritários.
- (D) pela média avaliatória feita com base em três critérios: I) valor de mercado das cotas, II) avaliação pelo auditor, III) último balanço contábil.

**84.** O direito de retirada da sociedade simples assiste

- (A) ao sócio que não tiver condições de integralizar o aumento do capital social.
- (B) aos sócios que divergirem das decisões da maioria em reunião ou assembléia geral.
- (C) ao sócio, na hipótese de o contrato prever cláusula de recesso, com voto unânime dos cotistas.
- (D) a qualquer sócio em sociedade por prazo indeterminado e, na por prazo determinado, àquele que ajuizou ação justificando as razões de sua saída.

**85.** Cabe ao Juiz, na expulsão, se proposta a demanda,

- (A) apreciar apenas a ilegalidade da deliberação.
- (B) verificar se os pressupostos de fato (as faltas) realmente ocorreram e se são graves e suficientes para legitimar a expulsão do rixoso.
- (C) julgar a justiça ou injustiça da conduta do sócio rixoso.
- (D) apreciar a falta sob o prisma da justiça, equidade, oportunidade e a ligação entre a falta injusta e o dano para a sociedade.

**86.** O procedimento extrajudicial da exclusão do sócio remisso deve obedecer à(s) seguinte(s) regra(s):

- (A) convocação, com imputação da falta, notificação, defesa, discussão dos fatos, deliberação pela maioria e expulsão.
- (B) simples convocação para reunião.
- (C) convocação, apresentação de defesa, deliberação e expulsão.
- (D) convocação, notificação, defesa, deliberação pela unanimidade dos sócios, expulsão e ata da reunião.

**87.** A exclusão do sócio exige, na sociedade limitada,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

- (A) justa causa, prevista no contrato, apurável em juízo.
- (B) falta grave, prevista no contrato, mediante iniciativa da maioria dos sócios em ação ajuizada para expulsá-lo.
- (C) justa causa prevista no contrato e iniciativa dos majoritários para que possam, em reunião ou assembléia, excluir o *socius rixosus* que quebrou a *affectio societatis*.
- (D) falta grave não prevista no contrato, mas fundada em lei, cuja ação só pode ser movida pelos majoritários.

**DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL**

**88.** Havendo conflito de leis, com o surgimento de novas normas penais, após a prática do fato tido como delituoso, *sempre* será aplicada a lei mais favorável ao acusado. Desse modo, pode-se dizer que se aplica à lei penal mais benigna

- I. ultratividade;
- II. retroatividade;
- III. extratividade;
- IV. irretroatividade.

São corretas somente as seguintes proposições:

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I, III e IV.

**89.** O Delegado de Registro Civil que se nega, indevidamente, a cumprir um mandado judicial, por sentimento de ódio contra o interessado, comete o crime de

- (A) prevaricação.
- (B) desobediência.
- (C) resistência.
- (D) desacato.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**90.** O preposto de um Tabelião de Notas que, no exercício de suas atribuições, reconhece como verdadeira firma ou letra que não o seja, deve responder por

- (A) falsidade material de atestado ou certidão.
- (B) falso reconhecimento de firma.
- (C) falsificação de documento público.
- (D) falsificação de selo ou sinal público.

**91.** Assinale a alternativa incorreta sobre os crimes contra a fé pública.

- (A) O sujeito passivo do crime de falsidade material de atestado ou certidão é somente o Estado.
- (B) Caso um funcionário público cometa o crime de falsificação de documento público, a sua pena deverá ser aumentada.
- (C) O crime de falsificação de documento particular pode ser classificado como formal, comum e de forma livre.
- (D) Os objetos material e jurídico do crime de falsidade ideológica são, respectivamente, a fé pública e o documento público ou particular.

**92.** No que concerne à conduta criminosa de registrar como seu filho de outrem, tem-se que

- (A) o sujeito passivo é apenas o recém-nascido.
- (B) é possível o perdão judicial quando a ação correspondente ao núcleo do tipo é praticada por motivo de reconhecida nobreza.
- (C) o objeto jurídico é a preservação do casamento.
- (D) todas as alternativas são corretas.

**93.** A resposta apresentada pelo funcionário público, antes do recebimento da denúncia ou da queixa, em processo referente a crime funcional, denomina-se

- (A) defesa imprópria.
- (B) defesa prévia.
- (C) alegações finais.
- (D) defesa preliminar.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**94.** Assinale a alternativa que indica o recurso cabível contra a decisão que decreta a prescrição ou julga, por qualquer outro modo, extinta a punibilidade.

- (A) Recurso em sentido estrito.
- (B) Embargos de declaração.
- (C) Apelação.
- (D) Revisão criminal.

**95.** Em caso de absolvição imprópria, deverá ser aplicada ao réu

- (A) pena restritiva de direito.
- (B) pena privativa de liberdade.
- (C) medida de segurança.
- (D) pena de multa.

**CONHECIMENTOS GERAIS E LÍNGUA PORTUGUESA**

**96.** Assinale a alternativa correta.

- (A) As palavras paroxítonas têm a penúltima sílaba tônica.
- (B) É correto escrever *pára*.
- (C) As palavras monossílabas podem ser tônicas ou átonas.
- (D) Todas as alternativas estão corretas.

**97.** Assinale a alternativa incorreta.

- (A) É vedado, ao outorgado alienar, hipotecar ou gravar, o imóvel.
- (B) O Tabelião, posto que delegado para o exercício da atividade notarial, pode lavrar ata notarial.
- (C) Ficou assente, no instrumento público, que o negócio era irretratável.
- (D) Seguem em anexo os traslados das escrituras públicas.

**98.** Assinale a alternativa incorreta.

- (A) “Procedeu-se às anotações” é frase correta.
- (B) “Inobstante” é neologismo que se deve evitar, preferindo o uso da expressão “não obstante” ou “nada obstante”.
- (C) “Eis que”, locução utilizada como conjunção causal, é vício de linguagem.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(D) “Haviam indícios de falsificação no documento” é frase incorreta; “cinco anos já se haviam passados”, correta.

**99.** O Modernismo brasileiro teve início com a *Semana de Arte Moderna*. Foram seus representantes:

- (A) Cecília Meireles, Manuel Bandeira, Gonçalves Dias e Álvares de Azevedo.
- (B) Mário de Andrade, Cecília Meireles, Manuel Bandeira e Gonçalves Dias.
- (C) Mário de Andrade, Guilherme de Almeida, Cecília Meireles e Manuel Bandeira.
- (D) Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Castro Alves e Machado de Assis.

**100.** *Amar Verbo Intransitivo, Paulicéia Desvairada e Macunaíma*, são obras de

- (A) Oswald de Andrade.
- (B) Mário de Andrade.
- (C) Carlos Drummond de Andrade.
- (D) Cecília Meireles.

1 - D	2 - A	3 - A	4 - C	5 - B	6 - A	7 - C	8 - D	9 - B	10 - A
11 - D	12 - C	13 - B	14 - A	15 - C	16 - A	17 - D	18 - B	19 - C	20 - B
21 - B	22 - C	23 - A	24 - D	25 - A	26 - B	27 - D	28 - D	29 - C	30 - A
31 - B	32 - D	33 - A	34 - C	35 - B	36 - A	37 - D	38 - D	39 - C	40 - B
41 - C	42 - A	43 - D	44 - B	45 - B	46 - A	47 - C	48 - D	49 - D	50 - B
51 - A	52 - C	53 - A	54 - D	55 - B	56 - C	57 - A	58 - D	59 - B	60 - C
61 - A	62 - A	63 - B	64 - D	65 - C	66 - A	67 - C	68 - B	69 - D	70 - A
71 - C	72 - B	73 - A	74 - D	75 - C	76 - A	77 - D	78 - B	79 - B	80 - C
81 - C	82 - B	83 - A	84 - D	85 - B	86 - A	87 - C	88 - C	89 - A	90 - B
91 - D	92 - B	93 - D	94 - A	95 - C	96 - D	97 - A	98 - D	99 - C	100 - B

**VERSÃO 2**

**DIREITO CIVIL**

**01.** Não havendo termo para o cumprimento de uma obrigação de fazer, como se caracteriza a mora do devedor?

- (A) Pelo protesto cambial.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

- (B) Pelo ajuizamento de ação.
- (C) Mediante interpelação judicial ou extrajudicial.
- (D) Pela reclamação.

**02.** Considera-se perfeita a venda e compra quando

- (A) um dos contratantes se obriga a transferir o domínio de uma coisa e o outro, a pagar o preço.
- (B) haja acordo sobre a coisa e seja efetuado o pagamento.
- (C) é entregue a coisa, ainda que o pagamento deva ser realizado posteriormente.
- (D) há a imissão provisória na posse da coisa, condicionada a posse definitiva ao pagamento do preço.

**03.** Incorre de pleno direito o devedor na cláusula penal,

- (A) desde que haja condenação judicial.
- (B) mesmo nas hipóteses em que o descumprimento da obrigação tenha-se dado por caso fortuito ou força maior.
- (C) somente se houver prejuízo.
- (D) desde que, culposamente, deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora.

**04.** Sobre o reconhecimento de filhos havidos fora do casamento, é possível dizer que

- (A) é eficaz o reconhecimento feito sob condição.
- (B) é irrevogável, mesmo se feito em testamento.
- (C) não pode preceder o nascimento do filho.
- (D) somente tem valor, quando feito judicialmente, se constituir o objeto único do ato que o contém.

**05.** A adoção

- (A) elimina os vínculos com os parentes consangüíneos, inclusive os impedimentos para o casamento.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

- (B) pressupõe que o adotante seja pelo menos doze anos mais velho que o adotado.
- (C) depende de sentença constitutiva, mesmo quando diga respeito a maiores de dezoito anos.
- (D) pode ser livremente feita por duas pessoas, conjuntamente.

**06.** Sobre o regime de bens, é correto afirmar que

- (A) é obrigatório o regime de separação de bens de todos os que dependerem, para casar, de suprimento judicial.
- (B) havendo convenção nula, em pacto antenupcial, o regime a prevalecer terá de ser objeto de decisão judicial.
- (C) mesmo no regime de separação, não é dado a cada um dos cônjuges alienar ou gravar de ônus real seus bens sem o consentimento do outro.
- (D) subsiste, no direito brasileiro, o regime dotal.

**07.** A partir de que valor é indispensável a escritura pública para a constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis?

- (A) Nove mil reais.
- (B) Trezentas Unidades Fiscais do Estado de São Paulo.
- (C) Oito mil e quinhentos reais.
- (D) Trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País.

**08.** Se algum comparecente à escritura pública não souber a língua nacional e o Tabelião não entender o idioma em que se expressa, não havendo na localidade tradutor público, como se há de proceder?

- (A) Não se lavra a escritura.
- (B) Convoca-se pessoa capaz que, a juízo do Tabelião, tenha idoneidade e conhecimentos bastantes para servir de intérprete.
- (C) Solicita-se um alvará judicial.
- (D) Convocam-se duas testemunhas que conheçam o idioma.

**09.** Em que caso se extingue o mandato em *causa própria*?

- (A) Com a morte do mandatário.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

- (B) Com a morte do mandante.
- (C) Em nenhum caso.
- (D) Pela revogação.

**10.** O prazo máximo de decadência para o vendedor recobrar o imóvel cuja venda estipulou a possibilidade de retrovenda é de

- (A) três anos.
- (B) trinta anos.
- (C) vinte anos.
- (D) quinze anos.

**11.** Quanto à Lei de Introdução do Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa errada.

(A) A lei do país em que for domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade, os direitos de família. Por isso, é errado dizer que as formas dos atos de estado civil são regidas pelo princípio *locus regit actum*.

(B) Tratando-se de brasileiros, as autoridades consulares brasileiras são competentes para celebrar o casamento e demais atos de Registro Civil e de Tabelionato, inclusive o registro de nascimento e de óbito de filho de brasileiro ou brasileira nascido no país da sede do consulado.

(C) A lei do domicílio do herdeiro ou legatário regula a capacidade para suceder.

(D) Quando a lei for omissa, o Juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito, observando-se que a solução por analogia é por auto-integração e que a solução pelos costumes é por heterointegração.

**12.** Assinale a alternativa correta.

(A) Instrumento particular sem assinatura de duas testemunhas não tem efeitos.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(B) Antes da vigência do Código Civil de 2002, a emancipação voluntária poderia ser por instrumento público ou instrumento particular; mas, após a vigência desse novo Código, apenas por instrumento público.

(C) Traslados e certidões extraídos por Tabelião e por Oficial de Registro são instrumentos públicos; traslados e certidões de atos originariamente produzidos em Juízo são documentos públicos, mas não são instrumentos públicos.

(D) Procuração para casar bem como requerer habilitação para o casamento só pode ser feita por instrumento público.

**13.** É requisito essencial de escritura pública de constituição de hipoteca, sem o qual não poderá ser registrada:

(A) menção ao valor do imóvel com indicação de que este servirá de base para a arrematação, adjudicação e remição.

(B) menção à taxa dos juros.

(C) menção ao prazo fixado para pagamento.

(D) menção ao valor do crédito, sua estimação ou valor máximo.

**14.** Tício, proprietário e possuidor de um imóvel, vendeu-o para Caio e, por força do negócio, continuou na posse do bem por mais de um ano, como locatário. Então, nesse negócio, houve

(A) composses.

(B) *traditio brevi manu*.

(C) constituto possessório.

(D) quase-posse.

**15.** Considere as seguintes informações:

I. É possível o registro imobiliário de compromisso de venda e compra em que o promitente-comprador consta como usufrutuário na matrícula do imóvel, não havendo necessidade de prévia renúncia ao usufruto.

II. Usufrutuário não pode alienar o usufruto em si, mas pode ceder a terceiro o seu exercício a título oneroso ou gratuito, cessão essa que não pode ingressar no fôlio real, pois apenas gera direito pessoal (não direito real).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

III. Usufrutuário não pode alienar o imóvel, mas pode dispor dos frutos ou rendimentos e, assim, admite-se que os ofereça em anticrese, em escritura pública que comporta registro imobiliário.

IV. Titulares de domínio pleno, de domínio útil e de domínio resolúvel têm legitimação para instituir usufruto, mas compromissário comprador não a tem.

Pode-se dizer que

- (A) todas as afirmações estão corretas.
- (B) todas as afirmações estão incorretas.
- (C) estão corretas apenas as afirmações II e IV.
- (D) estão corretas apenas as afirmações I e III.

**16.** Quando o usufruto resulta de reserva na doação da coisa, além de *usufruto reservado*, também é conhecido como

- (A) usufruto restrito.
- (B) usufruto impróprio (ou quase-usufruto).
- (C) usufruto *deducto*.
- (D) usufruto sucessivo.

**17.** Assinale a alternativa incorreta.

- (A) O proprietário da obra responde, solidariamente com o empreiteiro, pelos danos que a demolição de prédio causa no imóvel vizinho.
- (B) Convenção de condomínio aprovada, mas não registrada, não tem eficácia alguma.
- (C) O incorporador, como fornecedor de um produto durável, é solidariamente responsável pelos vícios de qualidade ou quantidade, sejam aparentes, ocultos ou de estrutura, que forem verificados na obra.
- (D) Não pode exceder de cinco anos a indivisão estabelecida pelo doador ou pelo testador.

**18.** Assinale a alternativa errada.

O compromisso de compra e venda

- (A) de imóvel loteado, para qualquer tipo de loteamento, sempre deverá ser irretratável.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(B) confere direito à adjudicação compulsória, ainda que não registrado na matrícula do imóvel.

(C) só confere direito real à aquisição do imóvel, quando irretratável e registrado no Cartório de Registro de Imóveis.

(D) de imóvel loteado, para qualquer tipo de loteamento, não vale como título para o registro da propriedade, ainda que acompanhado da respectiva prova de quitação, e, por isso, é sempre indispensável escritura pública de venda e compra.

**19.** Quanto à pessoa natural, assinale a alternativa correta.

(A) A morte, em situações de catástrofe, pode ser presumida, sem declaração de ausência, possibilitando o assento de óbito em cumprimento de mandado judicial.

(B) A mudança de estado civil afeta a capacidade de agir, mas não interfere na legitimação.

(C) Patronímico é elemento imutável integrante do nome.

(D) Os direitos da personalidade são intransmissíveis, irrenunciáveis e de pretensão relativa (não *erga omnes*).

**20.** A doação feita por pessoa idosa, que por ela fica sem bens ou renda para garantir sua subsistência, é

(A) inexistente.

(B) válida.

(C) nula.

(D) anulável.

**DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL**

**21.** Havendo conflito de leis, com o surgimento de novas normas penais, após a prática do fato tido como delituoso, *sempre* será aplicada a lei mais favorável ao acusado. Desse modo, pode-se dizer que se aplica à lei penal mais benigna

I. ultratividade;

II. retroatividade;

III. extratividade;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

IV. irretroatividade.

São corretas somente as seguintes proposições:

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I, III e IV.

**22.** O Delegado de Registro Civil que se nega, indevidamente, a cumprir um mandado judicial, por sentimento de ódio contra o interessado, comete o crime de

- (A) prevaricação.
- (B) desobediência.
- (C) resistência.
- (D) desacato.

**23.** O preposto de um Tabelião de Notas que, no exercício de suas atribuições, reconhece como verdadeira firma ou letra que não o seja, deve responder por

- (A) falsidade material de atestado ou certidão.
- (B) falso reconhecimento de firma.
- (C) falsificação de documento público.
- (D) falsificação de selo ou sinal público.

**24.** Assinale a alternativa incorreta sobre os crimes contra a fé pública.

- (A) O sujeito passivo do crime de falsidade material de atestado ou certidão é somente o Estado.
- (B) Caso um funcionário público cometa o crime de falsificação de documento público, a sua pena deverá ser aumentada.
- (C) O crime de falsificação de documento particular pode ser classificado como formal, comum e de forma livre.
- (D) Os objetos material e jurídico do crime de falsidade ideológica são, respectivamente, a fé pública e o documento público ou particular.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**25.** No que concerne à conduta criminosa de registrar como seu filho de outrem, tem-se que

- (A) o sujeito passivo é apenas o recém-nascido.
- (B) é possível o perdão judicial quando a ação correspondente ao núcleo do tipo é praticada por motivo de reconhecida nobreza.
- (C) o objeto jurídico é a preservação do casamento.
- (D) todas as alternativas são corretas.

**26.** A resposta apresentada pelo funcionário público, antes do recebimento da denúncia ou da queixa, em processo referente a crime funcional, denomina-se

- (A) defesa imprópria.
- (B) defesa prévia.
- (C) alegações finais.
- (D) defesa preliminar.

**27.** Assinale a alternativa que indica o recurso cabível contra a decisão que decreta a prescrição ou julga, por qualquer outro modo, extinta a punibilidade.

- (A) Recurso em sentido estrito.
- (B) Embargos de declaração.
- (C) Apelação.
- (D) Revisão criminal.

**28.** Em caso de absolvição imprópria, deverá ser aplicada ao réu

- (A) pena restritiva de direito.
- (B) pena privativa de liberdade.
- (C) medida de segurança.
- (D) pena de multa.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**29.** Sobre as partes do processo, é correto dizer que

- (A) a pendência do processo é fator impeditivo da alienação da coisa litigiosa.
- (B) a alienação da coisa litigiosa por ato *inter vivos*, no curso do processo, não altera a legitimidade, prosseguindo o feito entre as partes originárias e somente





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

podendo ingressar o adquirente, em substituição ao alienante, se a parte contrária o consentir.

(C) falecendo uma das partes, em nenhum caso será extinto o processo, sendo sempre possível a habilitação dos sucessores.

(D) pessoa falecida pode ser parte, desde que devidamente representada pelos sucessores.

**30.** Considere as seguintes frases:

I. A citação por via postal não é admissível em ações de estado ou quando for ré pessoa incapaz.

II. O comparecimento espontâneo do réu não supre a falta da citação, que deve ser sempre realizada pelos meios previstos em lei.

III. A citação por Oficial de Justiça não pode em hipótese alguma ser feita em dias feriados.

IV. Na citação por edital, o prazo nele fixado pelo Juiz não se confunde com o prazo de defesa, decorrente do procedimento observável em cada caso.

Pode-se dizer que estão

(A) corretas apenas as de n.º I e IV.

(B) todas corretas.

(C) corretas apenas as de n.º II e III.

(D) corretas apenas as de n.º III e IV.

**31.** Podem ser conhecidas de ofício pelo Juiz, para efeito de extinção do processo sem apreciação do mérito, as seguintes matérias:

(A) compromisso arbitral, decadência e coisa julgada.

(B) compromisso arbitral, pressupostos processuais e litispendência.

(C) prescrição, condições da ação e pressupostos processuais.

(D) coisa julgada, preempção e condições da ação.

**32.** Sobre os atos do Juiz, é correto dizer que

(A) os despachos de mero expediente não precisam ser proferidos pelo Juiz, podendo sê-lo pelo próprio cartório.

(B) decisão interlocutória é o mesmo que decisão terminativa simples.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(C) sentença é o ato que põe fim ao processo, com ou sem julgamento de mérito.

(D) dependem sempre de provocação das partes, não podendo ser praticados de ofício.

**33.** Considere as assertivas a seguir sobre a força probante dos documentos:

I. A escritura pública, mesmo quando da essência do ato, pode ser suprida por declaração conjunta dos interessados ou por confissão.

II. Autor do documento particular é quem o assina ou, mesmo sem assinar, quem o manda compor, no caso de documentos que segundo a experiência comum não são assinados (como livros comerciais e assentos domésticos).

III. Fazem a mesma prova que os originais os traslados e as certidões extraídas por Oficial Público, de instrumentos ou documentos lançados em suas notas.

IV. Não tem fé pública a escritura, lavrada por Tabelião, na parte correspondente ao conteúdo das declarações feitas pelos particulares que comparecem ao ato.

Pode-se afirmar que

(A) apenas a assertiva I é falsa.

(B) são verdadeiras todas as assertivas.

(C) são falsas as assertivas II e IV.

(D) são falsas as assertivas I e IV.

**34.** Condenado o obrigado, em processo de conhecimento, a emitir declaração de vontade:

(A) não é admitida, no sistema processual brasileiro, sentença nos moldes do enunciado.

(B) caberá processo de execução para a exigência do cumprimento, com possibilidade de oposição de embargos.

(C) a obrigação será exigida mediante cominação de multa diária e, no caso de descumprimento, será convertida em perdas e danos.

(D) a sentença, uma vez transitada em julgado, produzirá os efeitos da declaração a ser emitida.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**35.** Em matéria recursal, é adequado falar que

- (A) cabe agravo contra decisões interlocutórias e contra sentenças de extinção do processo sem julgamento do mérito.
- (B) a apelação é o recurso cabível contra sentença, tenha ou não sido apreciado o mérito.
- (C) cabe agravo contra despachos de mero expediente.
- (D) os embargos de declaração são destinados a possibilitar a reconsideração da decisão pelo próprio órgão judiciário que a proferiu.

**36.** Admite-se a penhora

- (A) do veículo de transporte, mesmo quando utilizado como instrumento de trabalho pelo devedor.
- (B) do imóvel residencial próprio do executado ou da entidade familiar, na execução promovida pelo credor em decorrência de financiamento destinado à construção ou aquisição do imóvel.
- (C) do salário.
- (D) dos livros, máquinas e utensílios, ainda se necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão.

**DIREITO COMERCIAL**

**37.** Entre as hipóteses aventadas, são empresários:

- (A) os prestadores de serviços de *internet* que só atendem a domicílio para consertar e adaptar aparelhos de computador, auxiliados por ajudantes gerais.
- (B) os médicos, os dentistas, os engenheiros e arquitetos que se associaram para dividir o mesmo estabelecimento, adquirido para exercerem suas atividades.
- (C) os técnicos em contabilidade, em eletrônica, corretores de seguros, que se associaram e organizaram empresa para prestar serviços, cobrando remuneração mensal.
- (D) nenhuma das alternativas anteriores.

**38.** Aponte a alternativa falsa.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(A) O sócio que, a título de cota social, transmitir posse ou uso de bens móveis para pagar o seu valor, responde pelos vícios redibitórios dos bens transmitidos.

(B) Por dois anos depois da saída do sócio, o cedente responde solidariamente com o cessionário perante terceiros.

(C) Os sócios remissos podem ser obrigados a entregarem a sua cota para todos os sócios, se não integralizarem a sua.

(D) São irrevogáveis os poderes do sócio investido na administração da sociedade simples por cláusula contida no contrato social ou cláusula expressa em separado.

**39.** Sem prejuízo da faculdade de participar das deliberações sociais, não pode o comanditário

(A) pagar dívida da sociedade.

(B) praticar ato de gestão ou ter o nome na firma social.

(C) receber procuração específica para negociar título não resgatado por devedor insolvente.

(D) nenhuma das alternativas anteriores.

**40.** A apuração de haveres do sócio excluído é feita

(A) por balanço de determinação ou real.

(B) pelo último balanço aprovado em reunião para tal fim.

(C) pela avaliação feita por auditor nomeado pelos majoritários.

(D) pela média avaliatória feita com base em três critérios:

I) valor de mercado das cotas, II) avaliação pelo auditor, III) último balanço contábil.

**41.** O direito de retirada da sociedade simples assiste

(A) ao sócio que não tiver condições de integralizar o aumento do capital social.

(B) aos sócios que divergirem das decisões da maioria em reunião ou assembléia geral.

(C) ao sócio, na hipótese de o contrato prever cláusula de recesso, com voto unânime dos cotistas.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(D) a qualquer sócio em sociedade por prazo indeterminado e, na por prazo determinado, àquele que ajuizou ação justificando as razões de sua saída.

**42.** Cabe ao Juiz, na expulsão, se proposta a demanda,

(A) apreciar apenas a ilegalidade da deliberação.

(B) verificar se os pressupostos de fato (as faltas) realmente ocorreram e se são graves e suficientes para legitimar a expulsão do rixoso.

(C) julgar a justiça ou injustiça da conduta do sócio rixoso.

(D) apreciar a falta sob o prisma da justiça, eqüidade, oportunidade e a ligação entre a falta injusta e o dano para a sociedade.

**43.** O procedimento extrajudicial da exclusão do sócio remisso deve obedecer à(s) seguinte(s) regra(s):

(A) convocação, com imputação da falta, notificação, defesa, discussão dos fatos, deliberação pela maioria e expulsão.

(B) simples convocação para reunião.

(C) convocação, apresentação de defesa, deliberação e expulsão.

(D) convocação, notificação, defesa, deliberação pela unanimidade dos sócios, expulsão e ata da reunião.

**44.** A exclusão do sócio exige, na sociedade limitada,

(A) justa causa, prevista no contrato, apurável em juízo.

(B) falta grave, prevista no contrato, mediante iniciativa da maioria dos sócios em ação ajuizada para expulsá-lo.

(C) justa causa prevista no contrato e iniciativa dos majoritários para que possam, em reunião ou assembléia, excluir o *socius rixosus* que quebrou a *affectio societatis*.

(D) falta grave não prevista no contrato, mas fundada em lei, cuja ação só pode ser movida pelos majoritários.

**CONHECIMENTOS GERAIS E LÍNGUA PORTUGUESA**

**45.** Assinale a alternativa correta.

(A) As palavras paroxítonas têm a penúltima sílaba tônica.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

- (B) É correto escrever *pára*.
- (C) As palavras monossílabas podem ser tônicas ou átonas.
- (D) Todas as alternativas estão corretas.

**46.** Assinale a alternativa incorreta.

- (A) É vedado, ao outorgado alienar, hipotecar ou gravar, o imóvel.
- (B) O Tabelião, posto que delegado para o exercício da atividade notarial, pode lavrar ata notarial.
- (C) Ficou assente, no instrumento público, que o negócio era irrevogável.
- (D) Seguem em anexo os traslados das escrituras públicas.

**47.** Assinale a alternativa incorreta.

- (A) “Procedeu-se às anotações” é frase correta.
- (B) “Inobstante” é neologismo que se deve evitar, preferindo o uso da expressão “não obstante” ou “nada obstante”.
- (C) “Eis que”, locução utilizada como conjunção causal, é vício de linguagem.
- (D) “Haviam indícios de falsificação no documento” é frase incorreta; “cinco anos já se haviam passados”, correta.

**48.** O Modernismo brasileiro teve início com a *Semana de Arte Moderna*. Foram seus representantes:

- (A) Cecília Meireles, Manuel Bandeira, Gonçalves Dias e Álvares de Azevedo.
- (B) Mário de Andrade, Cecília Meireles, Manuel Bandeira e Gonçalves Dias.
- (C) Mário de Andrade, Guilherme de Almeida, Cecília Meireles e Manuel Bandeira.
- (D) Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Castro Alves e Machado de Assis.

**49.** *Amar Verbo Intransitivo*, *Paulicéia Desvairada* e *Macunaíma*, são obras de

- (A) Oswald de Andrade.
- (B) Mário de Andrade.
- (C) Carlos Drummond de Andrade.
- (D) Cecília Meireles.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**REGISTROS PÚBLICOS**

**50.** Em relação ao procedimento de retificação de registro civil das pessoas naturais, assinale a alternativa que contém afirmação falsa.

- (A) Da decisão do Juiz cabe recurso de apelação com ambos os efeitos.
- (B) Na hipótese de correção de grafia, é desnecessária a representação da parte interessada por advogado.
- (C) A intervenção do Ministério Público é sempre obrigatória.
- (D) Trata-se de procedimento que visa corrigir erros contidos nas certidões referentes aos interessados.

**51.** Ao proceder a um registro de casamento, deverá o Oficial

- (A) enviar comunicação com resumo do assento matrimonial ao Oficial em cujo cartório encontrem-se os assentos de nascimento dos contraentes, salvo se estes estiverem localizados perante a sua serventia.
- (B) comunicar o fato ao Juiz Corregedor Permanente do Serviço.
- (C) comunicar o fato à Corregedoria Geral da Justiça.
- (D) entregar aos contraentes cópia do assento lavrado, sendo defesa a cobrança de emolumentos, para que providenciem a comunicação nos Serviços onde localizados seus assentos de nascimento.

**52.** No momento da entrada em vigor do novo Código Civil (11.01.03), a idade de João correspondia a dezenove anos completos. Em março de 2003, João decidiu, sem qualquer justificativa, alterar o seu prenome. Acerca da pretensão de João, é correto afirmar-se que era

- (A) viável, uma vez que a alteração realizar-se-ia no primeiro ano após ter sido atingida a maioridade civil do interessado.
- (B) inviável, já que o prenome jamais pode ser alterado sem justificativa plausível.
- (C) inviável, uma vez que o prazo para tanto já teria transcorrido.
- (D) viável, pois entre nós vigora o princípio da mutabilidade do prenome.

**53.** Considerando a hipótese de pedido de registro de nascimento após decurso do prazo legal, analise as seguintes assertivas:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

- I. o assento somente poderá ser lavrado após o despacho do Juiz competente;
- II. antes de submeter o pedido ao Juiz, o Oficial deve entrevistar o registrando e as testemunhas;
- III. as testemunhas ouvidas pelo Oficial deverão ser mais idosas do que o registrando.

São verdadeiras:

- (A) apenas I.
- (B) apenas I e II.
- (C) apenas II e III.
- (D) todas as assertivas.

**54.** Sabendo-se a diferença existente entre ato de registro e ato de averbação, assinale a alternativa que contém apenas atos de registro.

- (A) Os nascimentos, a sentença que decretar a nulidade do casamento e a interdição por incapacidade absoluta.
- (B) Os óbitos, a emancipação por outorga dos pais e a interdição por incapacidade relativa.
- (C) Os casamentos, a sentença declaratória de ausência e a sentença que decretar o restabelecimento da sociedade conjugal.
- (D) Os nascimentos, a interdição por incapacidade absoluta ou relativa e os atos judiciais que reconhecerem a filiação.

**55.** Em relação ao reconhecimento de filho:

- I. pode ser feito, entre outras hipóteses, por escritura pública ou testamento;
- II. o filho maior não pode ser reconhecido sem o seu consentimento;
- III. o reconhecimento de paternidade por absolutamente incapaz somente poderá ser efetivado por decisão judicial;
- IV. o reconhecimento espontâneo do filho pelo relativamente incapaz poderá ser efetuado sem assistência de seus pais ou tutor.

Dentre as afirmações acima, pode-se afirmar que estão corretas

- (A) todas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(D) I e II, apenas.

**56.** A respeito da adoção:

- I. só a pessoa maior de dezoito anos pode adotar, ou, em se tratando de adoção conjunta (por ambos os cônjuges ou companheiros), exige-se que um deles tenha completado dezoito anos;
- II. o registro original do adotado será cancelado por mandado, arquivando-se este em pasta própria;
- III. o adotante há de ser pelo menos quinze anos mais velho que o adotado;
- IV. serão registradas no Livro de Registro de Nascimento as sentenças concessivas de adoção (mediante mandado).

Estão corretas:

- (A) II e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.

**57.** Antes da assinatura dos assentos, serão estes lidos às partes e às testemunhas. Ocorrendo omissões ou erros, pode-se afirmar que

- (A) ocorrendo irregularidade, e fazendo-se adições ou emendas, desatendidas as regras legais, mesmo assim elas produzirão efeitos jurídicos, de responsabilidade do Oficial.
- (B) somente é possível fazer adições ou emendas, desde que feitas antes das assinaturas, logo em seguida à leitura.
- (C) após a assinatura dos assentos, mesmo que não haja outro lavrado, adições ou emendas, somente podem ocorrer através da lavratura de outro assento, de re-ratificação.
- (D) é possível a ocorrência de adições ou emendas, antes das assinaturas, ou ainda, em seguida, mas antes de outro assento, assinando-se a ressalva por todos.

**58.** Zeca, analfabeto, comparece ao Serviço de Registro Civil para lavrar o assento de nascimento de seu filho que nascera no dia anterior, juntamente



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

com a genitora da criança, com a qual não é casado. Assinale a alternativa correta para o caso.

- (A) A genitora deverá assinar o ato e, quanto ao analfabeto, basta apor sua impressão datiloscópica à margem do assento.
- (B) Far-se-á declaração no assento, assinando a rogo outra pessoa e tomando-se a impressão datiloscópica da que não assinar, à margem do assento.
- (C) Basta que a genitora, munida do documento do pai, seja declarante do assento de nascimento, dispensando-se o analfabeto para tanto.
- (D) Qualquer das condutas é considerada correta.

**59.** No que se refere à expedição de certidões, analise as seguintes assertivas:

I. os oficiais e servidores do cartório são obrigados a lavrar certidões do que lhes for requerido e a fornecer às partes as informações solicitadas, desde que haja determinação judicial;

II. qualquer pessoa pode requerer certidão do registro sem informar ao Oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido, salvo disposição expressa em contrário;

III. qualquer pessoa pode requerer certidão do registro, e o Oficial e servidor são obrigados a fornecê-la, desde que justifique o interesse na obtenção do documento;

IV. a certidão será lavrada independentemente de despacho judicial.

Pode-se afirmar que são corretas as seguintes proposições:

- (A) II e IV, somente.
- (B) I e III, somente.
- (C) I, II e IV, somente.
- (D) II e III, somente.

**60.** Assinale a alternativa correta no que se refere à Delegação de Notas.

(A) Todos os atos notariais podem ser praticados, também, por auxiliares, desde que regularmente admitidos pelo regime da C.L.T. e que tenham seus nomes informados à Corregedoria Geral da Justiça.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(B) Todos os atos notariais podem ser praticados por escrevente habilitado, desde que previamente indicado pelo Tabelião ao Juiz Corregedor Permanente.

(C) Compete, exclusivamente, ao Tabelião de notas, a lavratura de testamento e de sua revogação, aprovação de testamento cerrado, bem como assessorar as partes sobre o ato notarial a ser realizado.

(D) Compete, exclusivamente, ao Tabelião de notas, a lavratura de testamento e de sua revogação, aprovação de testamento cerrado, bem como a abertura e encerramento dos livros do seu ofício e rubrica das respectivas folhas.

**61. É obrigação do Tabelião:**

(A) quando da colheita de assinatura dos interessados fora do cartório, por auxiliares, determinar o preenchimento da ficha de assinaturas, se ainda não existir no arquivo do cartório.

(B) quando da lavratura de instrumento público em idioma estrangeiro, exigir a participação de tradutor público juramentado, comunicando o fato ao Juiz Corregedor Permanente.

(C) remeter a todos os cartórios de Notas e de Registro de Imóveis do Estado cartões com seus autógrafos e os de seus substitutos autorizados a subscrever traslados e certidões, reconhecer firmas e autenticar cópias reprográficas, para o confronto com as assinaturas lançadas nos instrumentos que lhes forem apresentados.

(D) nenhuma das alternativas.

**62. Assinale a alternativa incorreta.**

(A) Mesmo que ressalvadas, ficam reprovadas as entrelinhas que afetem partes essenciais do ato.

(B) Ato revocatório ou de substabelecimento de procuração somente pode ser efetivado na serventia onde lavrado.

(C) Nas escrituras tornadas sem efeito, deverá o Tabelião certificar os motivos, datando e assinando o ato.

(D) Na ausência de assinatura de uma das partes, o Tabelião declarará incompleta a escritura, consignando as assinaturas faltantes, ficando proibido o fornecimento de certidão ou traslado sem ordem judicial.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**63.** Pretendendo a conversão da união estável em casamento, os conviventes devem

(A) requerê-la perante o Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais de seu domicílio, iniciando-se o procedimento de habilitação. Deferido o pedido pelo Juiz Corregedor, será lavrado o assento da conversão, independentemente de qualquer solenidade, prescindindo o ato da celebração do matrimônio.

(B) requerê-la diretamente ao Juiz Corregedor que, após colher prova da união estável, deferirá ou não o pedido. Em caso de deferimento, em face do princípio da publicidade, deverá constar do assento a data inicial da união estável.

(C) requerê-la perante o Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais de seu domicílio, dando início ao processo de habilitação. Não havendo impugnação, será realizada a solenidade da conversão, nos mesmos moldes do matrimônio, considerando-se efetivada a conversão somente após o Juiz de Casamento usar a fórmula estabelecida pela lei.

(D) requerê-la perante o Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais de seu domicílio que, após dar início ao procedimento de habilitação, encaminhará o pedido ao Juiz Corregedor. Este colherá prova da união estável, deferindo ou não o pedido, salvo quando existirem filhos anteriormente registrados em nome dos conviventes, caso em que ficará dispensada a colheita da prova.

**64.** Assinale a alternativa correta no que se refere ao Registro Civil.

(A) Qualquer documento pode ser inutilizado, desde que reproduzido previamente, não havendo necessidade de autorização.

(B) Nenhum documento pode ser inutilizado, sendo a guarda e manutenção deles de responsabilidade do Oficial.

(C) Alguns documentos, elencados por leis e normas, podem ser inutilizados, após prévia reprodução e autorização do Juiz Corregedor Permanente.

(D) Qualquer documento pode ser inutilizado, desde que haja prévia autorização da Corregedoria Geral da Justiça.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**65.** Para que um assento de casamento de brasileiro em país estrangeiro, tomado por Oficial Público daquele país, seja considerado autêntico, é necessário que

(A) a respectiva certidão esteja legalizada pelo Cônsul brasileiro, e deve ser registrada no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da volta de um ou ambos os cônjuges ao Brasil, no cartório do respectivo domicílio ou, na sua falta, no 1.º Ofício da Capital do Estado em que passarem a residir.

(B) a respectiva certidão esteja legalizada pelo Cônsul brasileiro e deve ser registrada a qualquer tempo, sempre no cartório do 1.º Ofício da Capital do Estado em que passarem a residir.

(C) a respectiva certidão esteja legalizada pelo Cônsul brasileiro e deve ser registrada no Registro de Títulos e Documentos, devidamente traduzida.

(D) acompanhada a certidão da devida tradução, deve ser homologada pelo S.T.J. e registrada no 1.º Ofício da Capital do Estado em que passarem a residir.

**66.** Supondo-se que pessoa jurídica estrangeira, autorizada a funcionar no Brasil, intencione adquirir imóvel rural, é correto afirmar que

(A) não há qualquer restrição à compra, desde que funcione em território nacional há mais de cinco anos.

(B) somente poderá adquirir imóveis rurais, seja qual for a extensão, diante da aprovação do INCRA.

(C) não há qualquer restrição à compra.

(D) somente poderá adquirir imóveis rurais, seja qual for a extensão, mediante a aprovação do Ministério da Agricultura.

**67.** Os Notários e os Oficiais de Registro estão sujeitos a penalidades pelas infrações que praticarem, assegurado amplo direito de defesa. No caso de reiterado descumprimento dos deveres ou de falta grave, a que penalidade estarão sujeitos?

(A) Repreensão.

(B) Suspensão por 90 dias, prorrogável por mais 30 dias.

(C) Multa.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(D) Perda de delegação.

**68.** Assinale a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade civil dos Notários e dos Oficiais de Registro depende da responsabilidade criminal.
- (B) Cada serviço Notarial ou de Registro funcionará em um só local, sendo permitida a instalação de sucursal.
- (C) Os assentos do registro civil de nascimento e os de óbito, bem como as respectivas certidões são gratuitos para os reconhecidamente pobres.
- (D) Ao Oficial de Registro Civil compete a prática dos atos relacionados na legislação pertinente, dependendo de prévia distribuição, não ficando sujeitos às normas que definirem as circunscrições geográficas.

**69.** Assinale a alternativa incorreta, relativamente aos emolumentos.

- (A) São contribuintes dos emolumentos as pessoas físicas ou jurídicas que se utilizarem dos serviços ou da prática dos atos notariais e de registro.
- (B) Lei Estadual estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos Serviços Notariais e de Registro.
- (C) Na falta de previsão nas notas explicativas e respectivas tabelas, só serão cobradas as despesas pertinentes ao ato praticado quando autorizadas pela Corregedoria Geral da Justiça.
- (D) São sujeitos passivos por substituição, no que se refere aos emolumentos, os Notários e os Registradores.

**70.** Qual o prazo de validade da certidão do Registro de Imóveis para a lavratura de escritura pública?

- (A) 15 dias.
- (B) 30 dias.
- (C) 45 dias.
- (D) 60 dias.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**71.** A quanto deve corresponder o valor dos emolumentos das escrituras de compromisso de venda e compra, em porcentual das escrituras com valor declarado?

- (A) 30%.
- (B) 40%.
- (C) 50%.
- (D) 75%.

**72.** Em que caso se pode lavrar escritura pública de adoção?

- (A) Nenhum.
- (B) Com autorização dos pais do adotando.
- (C) Com alvará judicial.
- (D) Se o adotando for maior.

**73.** Não é objeto de registro em Registro Civil das Pessoas Naturais a

- (A) emancipação por outorga dos pais.
- (B) interdição por capacidade relativa.
- (C) sentença declaratória de ausência.
- (D) sentença de tutela de menor abandonado.

**74.** Não depende de testemunhas

- (A) o assento de conversão da união estável em casamento.
- (B) o assento de declarante procurador, desde que a procuração seja por escritura pública, outorgada com poderes especiais, com menção de pelo menos duas testemunhas, devidamente qualificadas, que presenciaram o fato objeto do assento e o ato notarial.
- (C) a petição de registro tardio (registro civil fora do prazo).
- (D) a habilitação de casamento, desde que as testemunhas compareçam à celebração.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**75.** Assinale a alternativa correta.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

A elaboração de uma nova Constituição é da competência do denominado Poder Constituinte Originário. São formas de exercício do Poder Constituinte:

- (A) o poder Constituído e o Conselho de Notáveis.
- (B) a revolução e a Assembléia Constituinte.
- (C) a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.
- (D) os representantes da Sociedade Civil e do Congresso Nacional.

**76.** Assinale a alternativa correta.

A Constituição Federal estabelece que todo o poder emana do povo, que o exerce mediante representantes eleitos, ou diretamente, por meio do

- (A) referendo, do *habeas corpus* e da ação popular.
- (B) referendo, da ação popular e do plebiscito.
- (C) mandado de injunção e da iniciativa popular.
- (D) plebiscito, do referendo e da iniciativa popular.

**77.** Assinale a alternativa correta.

A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; do Presidente da República ou de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros. Não será, porém, objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir

- (A) a separação dos Poderes; os direitos e garantias individuais; o salário mínimo e a vedação do trabalho aos menores de 14 anos.
- (B) a forma federativa; a competência do tribunal do júri para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida; o *habeas corpus* e a aposentadoria integral dos funcionários públicos.
- (C) o voto direto, secreto, universal e periódico; o regime presidencialista; a irreduzibilidade dos salários e os direitos e garantias individuais.
- (D) a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**78.** Assinale a alternativa correta.

A jurisprudência vem considerando o SCPC e SERASA como entidades de caráter público. De qual remédio jurídico-processual de natureza constitucional pode valer-se o consumidor para assegurar o conhecimento de informações relativas à sua pessoa constantes de registros ou bancos de dados e para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo?

- (A) Mandado de Injunção.
- (B) Mandado de Segurança.
- (C) *Habeas Data*.
- (D) *Habeas Corpus*.

**79.** Assinale a alternativa correta.

São privativos de brasileiro nato os cargos

- (A) de Presidente e Vice-Presidente da República e de Oficial das Forças Armadas.
- (B) de Presidente da Câmara dos Deputados e de Juiz Federal.
- (C) de Senador e Ministro da Fazenda.
- (D) de Ministro do Supremo Tribunal Federal e de Procurador Geral do Estado.

**80.** Assinale a alternativa correta.

O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios

- (A) para os analfabetos que sabem assinar o próprio nome.
- (B) para os maiores de dezoito anos.
- (C) para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos que possuem o título eleitoral.
- (D) para os estrangeiros residentes no País com visto permanente.

**81.** Assinale a alternativa correta.

Em caso de vacância do cargo de Presidente da República, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência:

- (A) o Vice-Presidente, que convocará nova eleição para noventa dias depois de aberta a vaga, a ser presidida pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(B) o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.

(C) o Deputado Federal mais votado, o Presidente da Câmara dos Deputados e o do Senado Federal.

(D) o Vice-Presidente, o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.

**82.** Assinale a alternativa correta.

O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio

(A) após prévia separação judicial por mais de um ano, nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos.

(B) desde que cumpridas as obrigações assumidas pelo requerente na separação, tratando-se de pedido de conversão da separação judicial em divórcio.

(C) desde que ao tempo da separação de fato não estivesse vivendo em concubinato.

(D) desde que, em se tratando de estrangeiros, sejam casados pela lei brasileira e domiciliados no Brasil.

**83.** Em concurso público, a participação de examinador que é sócio dos dois primeiros colocados no certame, ainda que não haja lei específica proibindo, ofende o princípio constitucional da

(A) eficiência.

(B) legalidade.

(C) moralidade.

(D) publicidade.

**84.** Compete privativamente autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente, o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado

(A) ao Senado Federal.

(B) à Câmara dos Deputados.

(C) ao Supremo Tribunal Federal.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(D) ao Conselho Nacional de Justiça.

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

**85.** É elemento essencial da definição de tributo, como estabelecido no Código Tributário Nacional,

(A) estar submetido à reserva legal.

(B) ser sanção de ato ilícito.

(C) constituir a sua cobrança, atividade administrativa plenamente discricionária.

(D) ser pago com a prestação de serviço.

**86.** Indique a afirmação correta.

(A) A Constituição Federal enumera os impostos de competência da União, que somente por Emenda Constitucional poderá instituir novos impostos além dos já previstos, para compor sua receita tributária.

(B) A enumeração dos impostos da União pela Constituição Federal é exaustiva, vedada a sua ampliação.

(C) A Constituição Federal enumera os impostos de competência da União, que pode instituir, mediante lei complementar, outros além dos previstos, desde que respeitadas restrições constantes da Carta Maior quanto à natureza, à hipótese de incidência e à base de cálculo.

(D) A enumeração dos impostos da União pela Constituição Federal é exaustiva, podendo lei complementar ampliá-los somente se se tratar de impostos extraordinários na iminência ou no caso de guerra externa.

**87.** Em matéria tributária, as Medidas Provisórias

(A) podem aumentar a alíquota de quaisquer impostos ou contribuições, para serem cobrados imediatamente, excluindo-se apenas os impostos de competência dos Estados.

(B) não podem instituir ou majorar tributos, em nenhuma hipótese.

(C) podem instituir ou majorar impostos, desde que a respectiva cobrança tenha lugar apenas no exercício seguinte ao da sua edição e que sejam convertidas em lei no prazo máximo de 120 dias.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(D) podem instituir impostos ou aumentar as alíquotas previstas em lei, desde que a respectiva cobrança só tenha lugar no exercício seguinte ao de sua conversão em lei, respeitado o princípio da anterioridade.

**88.** O exercício potencial do Poder de Polícia

- (A) faculta a incidência simultânea da taxa de serviço e da taxa de polícia.
- (B) permite a exigência de taxa de serviço.
- (C) possibilita a exigência de taxa de polícia.
- (D) não permite a exigência de taxa.

**89.** A União pode instituir, por lei complementar, os impostos sobre

- (A) produtos estrangeiros.
- (B) grandes fortunas.
- (C) impostos extraordinários, no caso de iminência ou de guerra externa.
- (D) operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

**90.** Em tema de empréstimo compulsório, pode-se afirmar que

- (A) somente a União, por meio de lei complementar, pode instituí-los.
- (B) esses empréstimos podem ser instituídos pela União, pelos Estados e pelos Municípios.
- (C) para sua instituição, faz-se necessária a edição de lei ordinária federal.
- (D) a aplicação dos recursos provenientes de sua arrecadação não poderá ser vinculada a nenhuma despesa.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**91.** Com relação ao poder disciplinar da Administração pública, pode-se afirmar que é

- (A) faculdade punitiva interna da Administração, só abrangendo as infrações relacionadas com o serviço.
- (B) faculdade punitiva interna da Administração, não alcançando fatos já previstos pelo direito penal, visto que este já se dá por meio da Justiça Penal, com o que se evita o *bis in idem*, repellido pelo direito positivo pátrio.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(C) faculdade punitiva interna da Administração, devendo, no entanto, o superior hierárquico observar o princípio da pena específica, segundo o qual não haverá falta administrativa, nem pena sem prévia e expressa definição legal.

(D) um poder-dever do superior hierárquico, que há de, tão logo verificado o ato, aplicar a pena e ordenar a publicação, salvo nos casos em que lhe falte competência, hipótese em que deverá levar o fato ao conhecimento da autoridade competente que, tomando ciência dele e sem delongas, imporá a pena e a fará publicar na imprensa oficial, ressalvando que a defesa e a invalidação do ato se dará pelo Judiciário, em respeito ao *due process of law* e à ampla defesa.

**92.** O serviço público delegado a particulares por concessão é aquele que decorre da lei

(A) ou do contrato, na forma autorizada e regulamentada pelo Executivo, sendo remunerado por taxa fixada em lei.

(B) do contrato ou de ato unilateral, na forma autorizada e regulamentada pelo Executivo.

(C) ou de ato unilateral, sendo remunerado por tarifa.

(D) ou do contrato, na forma autorizada e regulamentada pelo Executivo.

**93.** Os serviços públicos *uti universis*, ao contrário dos *uti singuli*,

(A) são divisíveis, e a Administração presta-os a usuários indeterminados, mantendo-os por taxa.

(B) são indivisíveis, e a Administração presta-os a usuários determinados, mantendo-os por impostos.

(C) são indivisíveis, e a Administração presta-os sem ter usuários indeterminados, mantendo-os por tarifa.

(D) são indivisíveis, e a Administração presta-os a usuários indeterminados, mantendo-os por impostos.

**94.** A estabilidade no serviço público é garantia constitucional de permanência no serviço público,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

- (A) que admite a exoneração *ad nutum*, apenas após o estágio probatório.
- (B) que excepciona o poder disciplinar da Administração.
- (C) após o estágio probatório.
- (D) que prescreve o estágio probatório após a efetiva aquisição da estabilidade.

**95.** A presunção de legitimidade dos atos administrativos

- (A) autoriza sempre a imediata execução do ato, desde que previamente declarado perfeitamente legal pelo controle externo, porque no Estado de Direito esse é o princípio garantidor da separação e harmonia dos Poderes.
- (B) autoriza sempre a imediata execução do ato, porque decorre do princípio da legalidade da Administração, que, no Estado de Direito, informa toda a atuação governamental.
- (C) autoriza a imediata execução do ato só nos casos *in claris cessat interpretatio*.
- (D) não autoriza a imediata execução do ato, porque a presunção é uma ficção jurídica que, na maior parte das vezes, gera graves prejuízos aos particulares e à Administração, atravancando o Poder Judiciário.

**96.** No tocante à invalidação dos atos administrativos do Executivo, é certo que

- (A) o Poder Judiciário pode revogar e anular os referidos atos.
- (B) o Executivo pode revogar, mas nunca anular seus próprios atos.
- (C) o Executivo pode revogar ou anular seus próprios atos.
- (D) o Poder Judiciário pode revogar os referidos atos.

**97.** Quanto aos bens públicos, é certo afirmar que

- (A) não poderão ser pracedos, nem gravados com direitos reais de garantia, não sendo, ademais, suscetíveis de usucapião.
- (B) não poderão ser pracedos, nem suscetíveis de usucapião, nada impedindo, em casos especiais, sejam gravados com direitos reais de garantia.
- (C) não poderão ser pracedos, nem gravados com direitos reais de garantia, nada impedindo sejam suscetíveis de aquisição por usucapião *pro labore*.
- (D) não poderão ser gravados com direitos reais de garantia, não sendo suscetíveis de usucapião, mas podem ser pracedos.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**98.** A concessão de uso de bem público é

- (A) o ato unilateral, precário e discricionário pelo qual a Administração transfere o uso remunerado ou gratuito de um bem público, para uso específico, com tempo certo ou por prazo indeterminado.
- (B) o ato unilateral, precário e discricionário pelo qual a Administração faculta a alguém o uso para finalidade específica de um bem público
- (C) o ato unilateral, precário e discricionário de bem público, pelo qual a Administração consente na prática de atividade individual, compatível com sua destinação principal e propiciando serventia para a coletividade.
- (D) o contrato pelo qual a Administração transfere a alguém o uso de um bem público.

**99.** A requisição é

- (A) o pedido de bens ou serviços particulares, pelo Poder Público, visando à execução mediata e direta da autoridade requisitante e indenização prévia e justa, para atendimento de necessidades coletivas urgentes e transitórias.
- (B) a utilização coativa de bens ou serviços particulares, pelo Poder Público, por ato de execução imediata e direta da autoridade requisitante e indenização ulterior, para atendimento de necessidades coletivas urgentes e transitórias.
- (C) a utilização consensual de bens ou serviços particulares, pelo Poder Público, por ato de execução imediata e direta da autoridade requisitante e indenização ulterior, para atendimento de necessidades coletivas urgentes e transitórias.
- (D) a utilização coativa de bens ou serviços particulares, pelo Poder Público, por ato de execução imediata e direta da autoridade requisitante e indenização prévia e justa, para atendimento de necessidades coletivas urgentes e transitórias.

**100.** A responsabilidade civil do Estado é

- (A) subjetiva, quanto aos atos de seus prepostos, em relação ao terceiro lesado, se o preposto é réu na ação principal, cabendo a prova da culpa.
- (B) objetiva nos casos de comissão e subjetiva, nos de omissão.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(C) objetiva, quanto aos atos do seu agente delegado, em relação ao terceiro lesado, se ele for denunciado à lide em ação de regresso.

(D) subjetiva, quanto ao ente público, se o preposto agiu com dolo ao lesar terceiro.

1 - C	2 - A	3 - D	4 - B	5 - C	6 - A	7 - D	8 - B	9 - C	10 - A
11 - A	12 - B	13 - D	14 - C	15 - A	16 - C	17 - B	18 - D	19 - A	20 - C
21 - C	22 - A	23 - B	24 - D	25 - B	26 - D	27 - A	28 - C	29 - B	30 - A
31 - D	32 - C	33 - A	34 - D	35 - B	36 - B	37 - C	38 - C	39 - B	40 - A
41 - D	42 - B	43 - A	44 - C	45 - D	46 - A	47 - D	48 - C	49 - B	50 - D
51 - A	52 - A	53 - C	54 - B	55 - A	56 - C	57 - D	58 - B	59 - A	60 - D
61 - C	62 - B	63 - A	64 - C	65 - A	66 - D	67 - B	68 - C	69 - B	70 - B
71 - C	72 - A	73 - D	74 - A	75 - B	76 - D	77 - D	78 - C	79 - A	80 - B
81 - D	82 - A	83 - C	84 - B	85 - A	86 - C	87 - D	88 - D	89 - B	90 - A
91 - A	92 - D	93 - D	94 - C	95 - B	96 - C	97 - A	98 - D	99 - B	100 - B

**((NG))VERSÃO 3**

**CONHECIMENTOS GERAIS E LÍNGUA PORTUGUESA((CL))**

**01.** Assinale a alternativa correta.

- (A) As palavras paroxítonas têm a penúltima sílaba tônica.
- (B) É correto escrever *pára*.
- (C) As palavras monossílabas podem ser tônicas ou átonas.
- (D) Todas as alternativas estão corretas.

**02.** Assinale a alternativa incorreta.

- (A) É vedado, ao outorgado alienar, hipotecar ou gravar, o imóvel.
- (B) O Tabelião, posto que delegado para o exercício da atividade notarial, pode lavrar ata notarial.
- (C) Ficou assente, no instrumento público, que o negócio era irrevogável.
- (D) Seguem em anexo os traslados das escrituras públicas.

**03.** Assinale a alternativa incorreta.

- (A) “Procedeu-se às anotações” é frase correta.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

- (B) “Inobstante” é neologismo que se deve evitar, preferindo o uso da expressão “não obstante” ou “nada obstante”.
- (C) “Eis que”, locução utilizada como conjunção causal, é vício de linguagem.
- (D) “Haviam indícios de falsificação no documento” é frase incorreta; “cinco anos já se haviam passados”, correta.

**04.** O Modernismo brasileiro teve início com a *Semana de Arte Moderna*. Foram seus representantes:

- (A) Cecília Meireles, Manuel Bandeira, Gonçalves Dias e Álvares de Azevedo.
- (B) Mário de Andrade, Cecília Meireles, Manuel Bandeira e Gonçalves Dias.
- (C) Mário de Andrade, Guilherme de Almeida, Cecília Meireles e Manuel Bandeira.
- (D) Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Castro Alves e Machado de Assis.

**05.** *Amar Verbo Intransitivo*, *Paulicéia Desvairada* e *Macunaíma*, são obras de

- (A) Oswald de Andrade.
- (B) Mário de Andrade.
- (C) Carlos Drummond de Andrade.
- (D) Cecília Meireles.

**((NG))DIREITO COMERCIAL((CL))**

**06.** Entre as hipóteses aventadas, são empresários:

- (A) os prestadores de serviços de *internet* que só atendem a domicílio para consertar e adaptar aparelhos de computador, auxiliados por ajudantes gerais.
- (B) os médicos, os dentistas, os engenheiros e arquitetos que se associaram para dividir o mesmo estabelecimento, adquirido para exercerem suas atividades.
- (C) os técnicos em contabilidade, em eletrônica, corretores de seguros, que se associaram e organizaram empresa para prestar serviços, cobrando remuneração mensal.
- (D) nenhuma das alternativas anteriores.

**07.** Aponte a alternativa falsa.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(A) O sócio que, a título de cota social, transmitir posse ou uso de bens móveis para pagar o seu valor, responde pelos vícios redibitórios dos bens transmitidos.

(B) Por dois anos depois da saída do sócio, o cedente responde solidariamente com o cessionário perante terceiros.

(C) Os sócios remissos podem ser obrigados a entregarem a sua cota para todos os sócios, se não integralizarem a sua.

(D) São irrevogáveis os poderes do sócio investido na administração da sociedade simples por cláusula contida no contrato social ou cláusula expressa em separado.

**08.** Sem prejuízo da faculdade de participar das deliberações sociais, não pode o comanditário

(A) pagar dívida da sociedade.

(B) praticar ato de gestão ou ter o nome na firma social.

(C) receber procuração específica para negociar título não resgatado por devedor insolvente.

(D) nenhuma das alternativas anteriores.

**09.** A apuração de haveres do sócio excluído é feita

(A) por balanço de determinação ou real.

(B) pelo último balanço aprovado em reunião para tal fim.

(C) pela avaliação feita por auditor nomeado pelos majoritários.

(D) pela média avaliatória feita com base em três critérios: I) valor de mercado das cotas, II) avaliação pelo auditor, III) último balanço contábil.

**10.** O direito de retirada da sociedade simples assiste

(A) ao sócio que não tiver condições de integralizar o aumento do capital social.

(B) aos sócios que divergirem das decisões da maioria em reunião ou assembléia geral.

(C) ao sócio, na hipótese de o contrato prever cláusula de recesso, com voto unânime dos cotistas.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(D) a qualquer sócio em sociedade por prazo indeterminado e, na por prazo determinado, àquele que ajuizou ação justificando as razões de sua saída.

**11.** Cabe ao Juiz, na expulsão, se proposta a demanda,

(A) apreciar apenas a ilegalidade da deliberação.

(B) verificar se os pressupostos de fato (as faltas) realmente ocorreram e se são graves e suficientes para legitimar a expulsão do rixoso.

(C) julgar a justiça ou injustiça da conduta do sócio rixoso.

(D) apreciar a falta sob o prisma da justiça, equidade, oportunidade e a ligação entre a falta injusta e o dano para a sociedade.

**12.** O procedimento extrajudicial da exclusão do sócio remisso deve obedecer à(s) seguinte(s) regra(s):

(A) convocação, com imputação da falta, notificação, defesa, discussão dos fatos, deliberação pela maioria e expulsão.

(B) simples convocação para reunião.

(C) convocação, apresentação de defesa, deliberação e expulsão.

(D) convocação, notificação, defesa, deliberação pela unanimidade dos sócios, expulsão e ata da reunião.

**13.** A exclusão do sócio exige, na sociedade limitada,

(A) justa causa, prevista no contrato, apurável em juízo.

(B) falta grave, prevista no contrato, mediante iniciativa da maioria dos sócios em ação ajuizada para expulsá-lo.

(C) justa causa prevista no contrato e iniciativa dos majoritários para que possam, em reunião ou assembléia, excluir o *socius rixosus* que quebrou a *affectio societatis*.

(D) falta grave não prevista no contrato, mas fundada em lei, cuja ação só pode ser movida pelos majoritários.

**((NG))DIREITO TRIBUTÁRIO((CL))**

**14.** É elemento essencial da definição de tributo, como estabelecido no Código Tributário Nacional,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

- (A) estar submetido à reserva legal.
- (B) ser sanção de ato ilícito.
- (C) constituir a sua cobrança, atividade administrativa plenamente discricionária.
- (D) ser pago com a prestação de serviço.

**15.** Indique a afirmação correta.

- (A) A Constituição Federal enumera os impostos de competência da União, que somente por Emenda Constitucional poderá instituir novos impostos além dos já previstos, para compor sua receita tributária.
- (B) A enumeração dos impostos da União pela Constituição Federal é exaustiva, vedada a sua ampliação.
- (C) A Constituição Federal enumera os impostos de competência da União, que pode instituir, mediante lei complementar, outros além dos previstos, desde que respeitadas restrições constantes da Carta Maior quanto à natureza, à hipótese de incidência e à base de cálculo.
- (D) A enumeração dos impostos da União pela Constituição Federal é exaustiva, podendo lei complementar ampliá-los somente se se tratar de impostos extraordinários na iminência ou no caso de guerra externa.

**16.** Em matéria tributária, as Medidas Provisórias

- (A) podem aumentar a alíquota de quaisquer impostos ou contribuições, para serem cobrados imediatamente, excluindo-se apenas os impostos de competência dos Estados.
- (B) não podem instituir ou majorar tributos, em nenhuma hipótese.
- (C) podem instituir ou majorar impostos, desde que a respectiva cobrança tenha lugar apenas no exercício seguinte ao da sua edição e que sejam convertidas em lei no prazo máximo de 120 dias.
- (D) podem instituir impostos ou aumentar as alíquotas previstas em lei, desde que a respectiva cobrança só tenha lugar no exercício seguinte ao de sua conversão em lei, respeitado o princípio da anterioridade.

**17.** O exercício potencial do Poder de Polícia



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

- (A) faculta a incidência simultânea da taxa de serviço e da taxa de polícia.
- (B) permite a exigência de taxa de serviço.
- (C) possibilita a exigência de taxa de polícia.
- (D) não permite a exigência de taxa.

**18.** A União pode instituir, por lei complementar, os impostos sobre

- (A) produtos estrangeiros.
- (B) grandes fortunas.
- (C) impostos extraordinários, no caso de iminência ou de guerra externa.
- (D) operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

**19.** Em tema de empréstimo compulsório, pode-se afirmar que

- (A) somente a União, por meio de lei complementar, pode instituí-los.
- (B) esses empréstimos podem ser instituídos pela União, pelos Estados e pelos Municípios.
- (C) para sua instituição, faz-se necessária a edição de lei ordinária federal.
- (D) a aplicação dos recursos provenientes de sua arrecadação não poderá ser vinculada a nenhuma despesa.

**((NG))DIREITO CIVIL((CL))**

**20.** Não havendo termo para o cumprimento de uma obrigação de fazer, como se caracteriza a mora do devedor?

- (A) Pelo protesto cambial.
- (B) Pelo ajuizamento de ação.
- (C) Mediante interpelação judicial ou extrajudicial.
- (D) Pela reclamação.

**21.** Considera-se perfeita a venda e compra quando

- (A) um dos contratantes se obriga a transferir o domínio de uma coisa e o outro, a pagar o preço.
- (B) haja acordo sobre a coisa e seja efetuado o pagamento.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(C) é entregue a coisa, ainda que o pagamento deva ser realizado posteriormente.

(D) há a imissão provisória na posse da coisa, condicionada a posse definitiva ao pagamento do preço.

**22.** Incorre de pleno direito o devedor na cláusula penal,

(A) desde que haja condenação judicial.

(B) mesmo nas hipóteses em que o descumprimento da obrigação tenha-se dado por caso fortuito ou força maior.

(C) somente se houver prejuízo.

(D) desde que, culposamente, deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora.

**23.** Sobre o reconhecimento de filhos havidos fora do casamento, é possível dizer que

(A) é eficaz o reconhecimento feito sob condição.

(B) é irrevogável, mesmo se feito em testamento.

(C) não pode preceder o nascimento do filho.

(D) somente tem valor, quando feito judicialmente, se constituir o objeto único do ato que o contém.

**24.** A adoção

(A) elimina os vínculos com os parentes consangüíneos, inclusive os impedimentos para o casamento.

(B) pressupõe que o adotante seja pelo menos doze anos mais velho que o adotado.

(C) depende de sentença constitutiva, mesmo quando diga respeito a maiores de dezoito anos.

(D) pode ser livremente feita por duas pessoas, conjuntamente.

**25.** Sobre o regime de bens, é correto afirmar que

(A) é obrigatório o regime de separação de bens de todos os que dependerem, para casar, de suprimento judicial.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(B) havendo convenção nula, em pacto antenupcial, o regime a prevalecer terá de ser objeto de decisão judicial.

(C) mesmo no regime de separação, não é dado a cada um dos cônjuges alienar ou gravar de ônus real seus bens sem o consentimento do outro.

(D) subsiste, no direito brasileiro, o regime dotal.

**26.** A partir de que valor é indispensável a escritura pública para a constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis?

(A) Nove mil reais.

(B) Trezentas Unidades Fiscais do Estado de São Paulo.

(C) Oito mil e quinhentos reais.

(D) Trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País.

**27.** Se algum comparecente à escritura pública não souber a língua nacional e o Tabelião não entender o idioma em que se expressa, não havendo na localidade tradutor público, como se há de proceder?

(A) Não se lavra a escritura.

(B) Convoca-se pessoa capaz que, a juízo do Tabelião, tenha idoneidade e conhecimentos bastantes para servir de intérprete.

(C) Solicita-se um alvará judicial.

(D) Convocam-se duas testemunhas que conheçam o idioma.

**28.** Em que caso se extingue o mandato em *causa própria*?

(A) Com a morte do mandatário.

(B) Com a morte do mandante.

(C) Em nenhum caso.

(D) Pela revogação.

**29.** O prazo máximo de decadência para o vendedor recobrar o imóvel cuja venda estipulou a possibilidade de retrovenda é de

(A) três anos.

(B) trinta anos.

(C) vinte anos.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(D) quinze anos.

**30.** Quanto à Lei de Introdução do Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa errada.

(A) A lei do país em que for domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade, os direitos de família. Por isso, é errado dizer que as formas dos atos de estado civil são regidas pelo princípio *locus regit actum*.

(B) Tratando-se de brasileiros, as autoridades consulares brasileiras são competentes para celebrar o casamento e demais atos de Registro Civil e de Tabelionato, inclusive o registro de nascimento e de óbito de filho de brasileiro ou brasileira nascido no país da sede do consulado.

(C) A lei do domicílio do herdeiro ou legatário regula a capacidade para suceder.

(D) Quando a lei for omissa, o Juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito, observando-se que a solução por analogia é por auto-integração e que a solução pelos costumes é por heterointegração.

**31.** Assinale a alternativa correta.

(A) Instrumento particular sem assinatura de duas testemunhas não tem efeitos.

(B) Antes da vigência do Código Civil de 2002, a emancipação voluntária poderia ser por instrumento público ou instrumento particular; mas, após a vigência desse novo Código, apenas por instrumento público.

(C) Traslados e certidões extraídos por Tabelião e por Oficial de Registro são instrumentos públicos; traslados e certidões de atos originariamente produzidos em Juízo são documentos públicos, mas não são instrumentos públicos.

(D) Procuração para casar bem como requerer habilitação para o casamento só pode ser feita por instrumento público.

**32.** É requisito essencial de escritura pública de constituição de hipoteca, sem o qual não poderá ser registrada:





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

- (A) menção ao valor do imóvel com indicação de que este servirá de base para a arrematação, adjudicação e remição.
- (B) menção à taxa dos juros.
- (C) menção ao prazo fixado para pagamento.
- (D) menção ao valor do crédito, sua estimação ou valor máximo.

**33.** Tício, proprietário e possuidor de um imóvel, vendeu-o para Caio e, por força do negócio, continuou na posse do bem por mais de um ano, como locatário. Então, nesse negócio, houve

- (A) composses.
- (B) *traditio brevi manu*.
- (C) constituto possessório.
- (D) quase-posse.

**34.** Considere as seguintes informações:

I. É possível o registro imobiliário de compromisso de venda e compra em que o promitente-comprador consta como usufrutuário na matrícula do imóvel, não havendo necessidade de prévia renúncia ao usufruto.

II. Usufrutuário não pode alienar o usufruto em si, mas pode ceder a terceiro o seu exercício a título oneroso ou gratuito, cessão essa que não pode ingressar no fôlio real, pois apenas gera direito pessoal (não direito real).

III. Usufrutuário não pode alienar o imóvel, mas pode dispor dos frutos ou rendimentos e, assim, admite-se que os ofereça em anticrese, em escritura pública que comporta registro imobiliário.

IV. Titulares de domínio pleno, de domínio útil e de domínio resolúvel têm legitimação para instituir usufruto, mas compromissário comprador não a tem.

Pode-se dizer que

- (A) todas as afirmações estão corretas.
- (B) todas as afirmações estão incorretas.
- (C) estão corretas apenas as afirmações II e IV.
- (D) estão corretas apenas as afirmações I e III.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**35.** Quando o usufruto resulta de reserva na doação da coisa, além de *usufruto reservado*, também é conhecido como

- (A) usufruto restrito.
- (B) usufruto impróprio (ou quase-usufruto).
- (C) usufruto *deducto*.
- (D) usufruto sucessivo.

**36.** Assinale a alternativa incorreta.

- (A) O proprietário da obra responde, solidariamente com o empreiteiro, pelos danos que a demolição de prédio causa no imóvel vizinho.
- (B) Convenção de condomínio aprovada, mas não registrada, não tem eficácia alguma.
- (C) O incorporador, como fornecedor de um produto durável, é solidariamente responsável pelos vícios de qualidade ou quantidade, sejam aparentes, ocultos ou de estrutura, que forem verificados na obra.
- (D) Não pode exceder de cinco anos a indivisão estabelecida pelo doador ou pelo testador.

**37.** Assinale a alternativa errada.

O compromisso de compra e venda

- (A) de imóvel loteado, para qualquer tipo de loteamento, sempre deverá ser irretratável.
- (B) confere direito à adjudicação compulsória, ainda que não registrado na matrícula do imóvel.
- (C) só confere direito real à aquisição do imóvel, quando irretratável e registrado no Cartório de Registro de Imóveis.
- (D) de imóvel loteado, para qualquer tipo de loteamento, não vale como título para o registro da propriedade, ainda que acompanhado da respectiva prova de quitação, e, por isso, é sempre indispensável escritura pública de venda e compra.

**38.** Quanto à pessoa natural, assinale a alternativa correta.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

- (A) A morte, em situações de catástrofe, pode ser presumida, sem declaração de ausência, possibilitando o assento de óbito em cumprimento de mandado judicial.
- (B) A mudança de estado civil afeta a capacidade de agir, mas não interfere na legitimação.
- (C) Patronímico é elemento imutável integrante do nome.
- (D) Os direitos da personalidade são intransmissíveis, irrenunciáveis e de pretensão relativa (não *erga omnes*).

**39.** A doação feita por pessoa idosa, que por ela fica sem bens ou renda para garantir sua subsistência, é

- (A) inexistente.
- (B) válida.
- (C) nula.
- (D) anulável.

**((NG))DIREITO ADMINISTRATIVO((CL))**

**40.** Com relação ao poder disciplinar da Administração pública, pode-se afirmar que é

- (A) faculdade punitiva interna da Administração, só abrangendo as infrações relacionadas com o serviço.
- (B) faculdade punitiva interna da Administração, não alcançando fatos já previstos pelo direito penal, visto que este já se dá por meio da Justiça Penal, com o que se evita o *bis in idem*, repellido pelo direito positivo pátrio.
- (C) faculdade punitiva interna da Administração, devendo, no entanto, o superior hierárquico observar o princípio da pena específica, segundo o qual não haverá falta administrativa, nem pena sem prévia e expressa definição legal.
- (D) um poder-dever do superior hierárquico, que há de, tão logo verificado o ato, aplicar a pena e ordenar a publicação, salvo nos casos em que lhe falte competência, hipótese em que deverá levar o fato ao conhecimento da autoridade competente que, tomando ciência dele e sem delongas, imporá a pena e a fará publicar na imprensa oficial, ressalvando que a defesa e a



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

invalidação do ato se dará pelo Judiciário, em respeito ao *due process of law* e à ampla defesa.

**41.** O serviço público delegado a particulares por concessão é aquele que decorre da lei

(A) ou do contrato, na forma autorizada e regulamentada pelo Executivo, sendo remunerado por taxa fixada em lei.

(B) do contrato ou de ato unilateral, na forma autorizada e regulamentada pelo Executivo.

(C) ou de ato unilateral, sendo remunerado por tarifa.

(D) ou do contrato, na forma autorizada e regulamentada pelo Executivo.

**42.** Os serviços públicos *uti universis*, ao contrário dos *uti singuli*,

(A) são divisíveis, e a Administração presta-os a usuários indeterminados, mantendo-os por taxa.

(B) são indivisíveis, e a Administração presta-os a usuários determinados, mantendo-os por impostos.

(C) são indivisíveis, e a Administração presta-os sem ter usuários indeterminados, mantendo-os por tarifa.

(D) são indivisíveis, e a Administração presta-os a usuários indeterminados, mantendo-os por impostos.

**43.** A estabilidade no serviço público é garantia constitucional de permanência no serviço público,

(A) que admite a exoneração *ad nutum*, apenas após o estágio probatório.

(B) que excepciona o poder disciplinar da Administração.

(C) após o estágio probatório.

(D) que prescreve o estágio probatório após a efetiva aquisição da estabilidade.

**44.** A presunção de legitimidade dos atos administrativos

(A) autoriza sempre a imediata execução do ato, desde que previamente declarado perfeitamente legal pelo controle externo, porque no Estado de Direito esse é o princípio garantidor da separação e harmonia dos Poderes.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(B) autoriza sempre a imediata execução do ato, porque decorre do princípio da legalidade da Administração, que, no Estado de Direito, informa toda a atuação governamental.

(C) autoriza a imediata execução do ato só nos casos *in claris cessat interpretatio*.

(D) não autoriza a imediata execução do ato, porque a presunção é uma ficção jurídica que, na maior parte das vezes, gera graves prejuízos aos particulares e à Administração, atravancando o Poder Judiciário.

**45.** No tocante à invalidação dos atos administrativos do Executivo, é certo que

(A) o Poder Judiciário pode revogar e anular os referidos atos.

(B) o Executivo pode revogar, mas nunca anular seus próprios atos.

(C) o Executivo pode revogar ou anular seus próprios atos.

(D) o Poder Judiciário pode revogar os referidos atos.

**46.** Quanto aos bens públicos, é certo afirmar que

(A) não poderão ser pracedos, nem gravados com direitos reais de garantia, não sendo, ademais, suscetíveis de usucapião.

(B) não poderão ser pracedos, nem suscetíveis de usucapião, nada impedindo, em casos especiais, sejam gravados com direitos reais de garantia.

(C) não poderão ser pracedos, nem gravados com direitos reais de garantia, nada impedindo sejam suscetíveis de aquisição por usucapião *pro labore*.

(D) não poderão ser gravados com direitos reais de garantia, não sendo suscetíveis de usucapião, mas podem ser pracedos.

**47.** A concessão de uso de bem público é

(A) o ato unilateral, precário e discricionário pelo qual a Administração transfere o uso remunerado ou gratuito de um bem público, para uso específico, com tempo certo ou por prazo indeterminado.

(B) o ato unilateral, precário e discricionário pelo qual a Administração faculta a alguém o uso para finalidade específica de um bem público.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(C) o ato unilateral, precário e discricionário de bem público, pelo qual a Administração consente na prática de atividade individual, compatível com sua destinação principal e propiciando serventia para a coletividade.

(D) o contrato pelo qual a Administração transfere a alguém o uso de um bem público.

**48. A requisição é**

(A) o pedido de bens ou serviços particulares, pelo Poder Público, visando à execução mediata e direta da autoridade requisitante e indenização prévia e justa, para atendimento de necessidades coletivas urgentes e transitórias.

(B) a utilização coativa de bens ou serviços particulares, pelo Poder Público, por ato de execução imediata e direta da autoridade requisitante e indenização ulterior, para atendimento de necessidades coletivas urgentes e transitórias.

(C) a utilização consensual de bens ou serviços particulares, pelo Poder Público, por ato de execução imediata e direta da autoridade requisitante e indenização ulterior, para atendimento de necessidades coletivas urgentes e transitórias.

(D) a utilização coativa de bens ou serviços particulares, pelo Poder Público, por ato de execução imediata e direta da autoridade requisitante e indenização prévia e justa, para atendimento de necessidades coletivas urgentes e transitórias.

**49. A responsabilidade civil do Estado é**

(A) subjetiva, quanto aos atos de seus prepostos, em relação ao terceiro lesado, se o preposto é réu na ação principal, cabendo a prova da culpa.

(B) objetiva nos casos de comissão e subjetiva, nos de omissão.

(C) objetiva, quanto aos atos do seu agente delegado, em relação ao terceiro lesado, se ele for denunciado à lide em ação de regresso.

(D) subjetiva, quanto ao ente público, se o preposto agiu com dolo ao lesar terceiro.

**((NG))DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL((CL))**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**50.** Havendo conflito de leis, com o surgimento de novas normas penais, após a prática do fato tido como delituoso, *sempre* será aplicada a lei mais favorável ao acusado. Desse modo, pode-se dizer que se aplica à lei penal mais benigna

- I. ultratividade;
- II. retroatividade;
- III. extratividade;
- IV. irretroatividade.

São corretas somente as seguintes proposições:

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I, III e IV.

**51.** O Delegado de Registro Civil que se nega, indevidamente, a cumprir um mandado judicial, por sentimento de ódio contra o interessado, comete o crime de

- (A) prevaricação.
- (B) desobediência.
- (C) resistência.
- (D) desacato.

**52.** O preposto de um Tabelião de Notas que, no exercício de suas atribuições, reconhece como verdadeira firma ou letra que não o seja, deve responder por

- (A) falsidade material de atestado ou certidão.
- (B) falso reconhecimento de firma.
- (C) falsificação de documento público.
- (D) falsificação de selo ou sinal público.

**53.** Assinale a alternativa incorreta sobre os crimes contra a fé-pública.

- (A) O sujeito passivo do crime de falsidade material de atestado ou certidão é somente o Estado.
- (B) Caso um funcionário público cometa o crime de falsificação de documento público, a sua pena deverá ser aumentada.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(C) O crime de falsificação de documento particular pode ser classificado como formal, comum e de forma livre.

(D) Os objetos material e jurídico do crime de falsidade ideológica são, respectivamente, a fé pública e o documento público ou particular.

**54.** No que concerne à conduta criminosa de registrar como seu filho de outrem, tem-se que

(A) o sujeito passivo é apenas o recém-nascido.

(B) é possível o perdão judicial quando a ação correspondente ao núcleo do tipo é praticada por motivo de reconhecida nobreza.

(C) o objeto jurídico é a preservação do casamento.

(D) todas as alternativas são corretas.

**55.** A resposta apresentada pelo funcionário público, antes do recebimento da denúncia ou da queixa, em processo referente a crime funcional, denomina-se

(A) defesa imprópria.

(B) defesa prévia.

(C) alegações finais.

(D) defesa preliminar.

**56.** Assinale a alternativa que indica o recurso cabível contra a decisão que decreta a prescrição ou julga, por qualquer outro modo, extinta a punibilidade.

(A) Recurso em sentido estrito.

(B) Embargos de declaração.

(C) Apelação.

(D) Revisão criminal.

**57.** Em caso de absolvição imprópria, deverá ser aplicada ao réu

(A) pena restritiva de direito.

(B) pena privativa de liberdade.

(C) medida de segurança.

(D) pena de multa.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**((NG))REGISTROS PÚBLICOS((CL))**

**58.** Em relação ao procedimento de retificação de registro civil das pessoas naturais, assinale a alternativa que contém afirmação falsa.

- (A) Da decisão do Juiz cabe recurso de apelação com ambos os efeitos.
- (B) Na hipótese de correção de grafia, é desnecessária a representação da parte interessada por advogado.
- (C) A intervenção do Ministério Público é sempre obrigatória.
- (D) Trata-se de procedimento que visa corrigir erros contidos nas certidões referentes aos interessados.

**59.** Ao proceder a um registro de casamento, deverá o Oficial

- (A) enviar comunicação com resumo do assento matrimonial ao Oficial em cujo cartório encontrem-se os assentos de nascimento dos contraentes, salvo se estes estiverem localizados perante a sua serventia.
- (B) comunicar o fato ao Juiz Corregedor Permanente do Serviço.
- (C) comunicar o fato à Corregedoria Geral da Justiça.
- (D) entregar aos contraentes cópia do assento lavrado, sendo defesa a cobrança de emolumentos, para que providenciem a comunicação nos Serviços onde localizados seus assentos de nascimento.

**60.** No momento da entrada em vigor do novo Código Civil (11.01.03), a idade de João correspondia a dezenove anos completos. Em março de 2003, João decidiu, sem qualquer justificativa, alterar o seu prenome. Acerca da pretensão de João, é correto afirmar-se que era

- (A) viável, uma vez que a alteração realizar-se-ia no primeiro ano após ter sido atingida a maioridade civil do interessado.
- (B) inviável, já que o prenome jamais pode ser alterado sem justificativa plausível.
- (C) inviável, uma vez que o prazo para tanto já teria transcorrido.
- (D) viável, pois entre nós vigora o princípio da mutabilidade do prenome.

**61.** Considerando a hipótese de pedido de registro de nascimento após decurso do prazo legal, analise as seguintes assertivas:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

- I. o assento somente poderá ser lavrado após o despacho do Juiz competente;
- II. antes de submeter o pedido ao Juiz, o Oficial deve entrevistar o registrando e as testemunhas;
- III. as testemunhas ouvidas pelo Oficial deverão ser mais idosas do que o registrando.

São verdadeiras:

- (A) apenas I.
- (B) apenas I e II.
- (C) apenas II e III.
- (D) todas as assertivas.

**62.** Sabendo-se a diferença existente entre ato de registro e ato de averbação, assinale a alternativa que contém apenas atos de registro.

- (A) Os nascimentos, a sentença que decretar a nulidade do casamento e a interdição por incapacidade absoluta.
- (B) Os óbitos, a emancipação por outorga dos pais e a interdição por incapacidade relativa.
- (C) Os casamentos, a sentença declaratória de ausência e a sentença que decretar o restabelecimento da sociedade conjugal.
- (D) Os nascimentos, a interdição por incapacidade absoluta ou relativa e os atos judiciais que reconhecerem a filiação.

**63.** Em relação ao reconhecimento de filho:

- I. pode ser feito, entre outras hipóteses, por escritura pública ou testamento;
- II. o filho maior não pode ser reconhecido sem o seu consentimento;
- III. o reconhecimento de paternidade por absolutamente incapaz somente poderá ser efetivado por decisão judicial;
- IV. o reconhecimento espontâneo do filho pelo relativamente incapaz poderá ser efetuado sem assistência de seus pais ou tutor.

Dentre as afirmações acima, pode-se afirmar que estão corretas

- (A) todas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(D) I e II, apenas.

**64.** A respeito da adoção:

- I. só a pessoa maior de dezoito anos pode adotar, ou, em se tratando de adoção conjunta (por ambos os cônjuges ou companheiros), exige-se que um deles tenha completado dezoito anos;
- II. o registro original do adotado será cancelado por mandado, arquivando-se este em pasta própria;
- III. o adotante há de ser pelo menos quinze anos mais velho que o adotado;
- IV. serão registradas no Livro de Registro de Nascimento as sentenças concessivas de adoção (mediante mandado).

Estão corretas:

- (A) II e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.

**65.** Antes da assinatura dos assentos, serão estes lidos às partes e às testemunhas. Ocorrendo omissões ou erros, pode-se afirmar que

- (A) ocorrendo irregularidade, e fazendo-se adições ou emendas, desatendidas as regras legais, mesmo assim elas produzirão efeitos jurídicos, de responsabilidade do Oficial.
- (B) somente é possível fazer adições ou emendas, desde que feitas antes das assinaturas, logo em seguida à leitura.
- (C) após a assinatura dos assentos, mesmo que não haja outro lavrado, adições ou emendas, somente podem ocorrer através da lavratura de outro assento, de re-ratificação.
- (D) é possível a ocorrência de adições ou emendas, antes das assinaturas, ou ainda, em seguida, mas antes de outro assento, assinando-se a ressalva por todos.

**66.** Zeca, analfabeto, comparece ao Serviço de Registro Civil para lavrar o assento de nascimento de seu filho que nascera no dia anterior, juntamente



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

com a genitora da criança, com a qual não é casado. Assinale a alternativa correta para o caso.

- (A) A genitora deverá assinar o ato e, quanto ao analfabeto, basta apor sua impressão datiloscópica à margem do assento.
- (B) Far-se-á declaração no assento, assinando a rogo outra pessoa e tomando-se a impressão datiloscópica da que não assinar, à margem do assento.
- (C) Basta que a genitora, munida do documento do pai, seja declarante do assento de nascimento, dispensando-se o analfabeto para tanto.
- (D) Qualquer das condutas é considerada correta.

**67.** No que se refere à expedição de certidões, analise as seguintes assertivas:

I. os oficiais e servidores do cartório são obrigados a lavrar certidões do que lhes for requerido e a fornecer às partes as informações solicitadas, desde que haja determinação judicial;

II. qualquer pessoa pode requerer certidão do registro sem informar ao Oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido, salvo disposição expressa em contrário;

III. qualquer pessoa pode requerer certidão do registro, e o Oficial e servidor são obrigados a fornecê-la, desde que justifique o interesse na obtenção do documento;

IV. a certidão será lavrada independentemente de despacho judicial.

Pode-se afirmar que são corretas as seguintes proposições:

- (A) II e IV, somente.
- (B) I e III, somente.
- (C) I, II e IV, somente.
- (D) II e III, somente.

**68.** Assinale a alternativa correta no que se refere à Delegação de Notas.

(A) Todos os atos notariais podem ser praticados, também, por auxiliares, desde que regularmente admitidos pelo regime da C.L.T. e que tenham seus nomes informados à Corregedoria Geral da Justiça.

(B) Todos os atos notariais podem ser praticados por escrevente habilitado, desde que previamente indicado pelo Tabelião ao Juiz Corregedor Permanente.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(C) Compete, exclusivamente, ao Tabelião de notas, a lavratura de testamento e de sua revogação, aprovação de testamento cerrado, bem como assessorar as partes sobre o ato notarial a ser realizado.

(D) Compete, exclusivamente, ao Tabelião de notas, a lavratura de testamento e de sua revogação, aprovação de testamento cerrado, bem como a abertura e encerramento dos livros do seu ofício e rubrica das respectivas folhas.

**69.** É obrigação do Tabelião:

(A) quando da colheita de assinatura dos interessados fora do cartório, por auxiliares, determinar o preenchimento da ficha de assinaturas, se ainda não existir no arquivo do cartório.

(B) quando da lavratura de instrumento público em idioma estrangeiro, exigir a participação de tradutor público juramentado, comunicando o fato ao Juiz Corregedor Permanente.

(C) remeter a todos os cartórios de Notas e de Registro de Imóveis do Estado cartões com seus autógrafos e os de seus substitutos autorizados a subscrever traslados e certidões, reconhecer firmas e autenticar cópias reprográficas, para o confronto com as assinaturas lançadas nos instrumentos que lhes forem apresentados.

(D) nenhuma das alternativas.

**70.** Assinale a alternativa incorreta.

(A) Mesmo que ressalvadas, ficam reprovadas as entrelinhas que afetem partes essenciais do ato.

(B) Ato revocatório ou de substabelecimento de procuração somente pode ser efetivado na serventia onde lavrado.

(C) Nas escrituras tornadas sem efeito, deverá o Tabelião certificar os motivos, datando e assinando o ato.

(D) Na ausência de assinatura de uma das partes, o Tabelião declarará incompleta a escritura, consignando as assinaturas faltantes, ficando proibido o fornecimento de certidão ou traslado sem ordem judicial.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**71.** Pretendendo a conversão da união estável em casamento, os conviventes devem

(A) requerê-la perante o Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais de seu domicílio, iniciando-se o procedimento de habilitação. Deferido o pedido pelo Juiz Corregedor, será lavrado o assento da conversão, independentemente de qualquer solenidade, prescindindo o ato da celebração do matrimônio.

(B) requerê-la diretamente ao Juiz Corregedor que, após colher prova da união estável, deferirá ou não o pedido. Em caso de deferimento, em face do princípio da publicidade, deverá constar do assento a data inicial da união estável.

(C) requerê-la perante o Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais de seu domicílio, dando início ao processo de habilitação. Não havendo impugnação, será realizada a solenidade da conversão, nos mesmos moldes do matrimônio, considerando-se efetivada a conversão somente após o Juiz de Casamento usar a fórmula estabelecida pela lei.

(D) requerê-la perante o Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais de seu domicílio que, após dar início ao procedimento de habilitação, encaminhará o pedido ao Juiz Corregedor. Este colherá prova da união estável, deferindo ou não o pedido, salvo quando existirem filhos anteriormente registrados em nome dos conviventes, caso em que ficará dispensada a colheita da prova.

**72.** Assinale a alternativa correta no que se refere ao Registro Civil.

(A) Qualquer documento pode ser inutilizado, desde que reproduzido previamente, não havendo necessidade de autorização.

(B) Nenhum documento pode ser inutilizado, sendo a guarda e manutenção deles de responsabilidade do Oficial.

(C) Alguns documentos, elencados por leis e normas, podem ser inutilizados, após prévia reprodução e autorização do Juiz Corregedor Permanente.

(D) Qualquer documento pode ser inutilizado, desde que haja prévia autorização da Corregedoria Geral da Justiça.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**73.** Para que um assento de casamento de brasileiro em país estrangeiro, tomado por Oficial Público daquele país, seja considerado autêntico, é necessário que

(A) a respectiva certidão esteja legalizada pelo Cônsul brasileiro, e deve ser registrada no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da volta de um ou ambos os cônjuges ao Brasil, no cartório do respectivo domicílio ou, na sua falta, no 1.º Ofício da Capital do Estado em que passarem a residir.

(B) a respectiva certidão esteja legalizada pelo Cônsul brasileiro e deve ser registrada a qualquer tempo, sempre no cartório do 1.º Ofício da Capital do Estado em que passarem a residir.

(C) a respectiva certidão esteja legalizada pelo Cônsul brasileiro e deve ser registrada no Registro de Títulos e Documentos, devidamente traduzida.

(D) acompanhada a certidão da devida tradução, deve ser homologada pelo S.T.J. e registrada no 1.º Ofício da Capital do Estado em que passarem a residir.

**74.** Supondo-se que pessoa jurídica estrangeira, autorizada a funcionar no Brasil, intencione adquirir imóvel rural, é correto afirmar que

(A) não há qualquer restrição à compra, desde que funcione em território nacional há mais de cinco anos.

(B) somente poderá adquirir imóveis rurais, seja qual for a extensão, diante da aprovação do INCRA.

(C) não há qualquer restrição à compra.

(D) somente poderá adquirir imóveis rurais, seja qual for a extensão, mediante a aprovação do Ministério da Agricultura.

**75.** Os Notários e os Oficiais de Registro estão sujeitos a penalidades pelas infrações que praticarem, assegurado amplo direito de defesa.

No caso de reiterado descumprimento dos deveres ou de falta grave, a que penalidade estarão sujeitos?

(A) Repreensão.

(B) Suspensão por 90 dias, prorrogável por mais 30 dias.

(C) Multa.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(D) Perda de delegação.

**76.** Assinale a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade civil dos Notários e dos Oficiais de Registro depende da responsabilidade criminal.
- (B) Cada serviço Notarial ou de Registro funcionará em um só local, sendo permitida a instalação de sucursal.
- (C) Os assentos do registro civil de nascimento e os de óbito, bem como as respectivas certidões são gratuitos para os reconhecidamente pobres.
- (D) Ao Oficial de Registro Civil compete a prática dos atos relacionados na legislação pertinente, dependendo de prévia distribuição, não ficando sujeitos às normas que definirem as circunscrições geográficas.

**77.** Assinale a alternativa incorreta, relativamente aos emolumentos.

- (A) São contribuintes dos emolumentos as pessoas físicas ou jurídicas que se utilizarem dos serviços ou da prática dos atos notariais e de registro.
- (B) Lei Estadual estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos Serviços Notariais e de Registro.
- (C) Na falta de previsão nas notas explicativas e respectivas tabelas, só serão cobradas as despesas pertinentes ao ato praticado quando autorizadas pela Corregedoria Geral da Justiça.
- (D) São sujeitos passivos por substituição, no que se refere aos emolumentos, os Notários e os Registradores.

**78.** Qual o prazo de validade da certidão do Registro de Imóveis para a lavratura de escritura pública?

- (A) 15 dias.
- (B) 30 dias.
- (C) 45 dias.
- (D) 60 dias.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**79.** A quanto deve corresponder o valor dos emolumentos das escrituras de compromisso de venda e compra, em porcentual das escrituras com valor declarado?

- (A) 30%.
- (B) 40%.
- (C) 50%.
- (D) 75%.

**80.** Em que caso se pode lavrar escritura pública de adoção?

- (A) Nenhum.
- (B) Com autorização dos pais do adotando.
- (C) Com alvará judicial.
- (D) Se o adotando for maior.

**81.** Não é objeto de registro em Registro Civil das Pessoas Naturais a

- (A) emancipação por outorga dos pais.
- (B) interdição por capacidade relativa.
- (C) sentença declaratória de ausência.
- (D) sentença de tutela de menor abandonado.

**82.** Não depende de testemunhas

- (A) o assento de conversão da união estável em casamento.
- (B) o assento de declarante procurador, desde que a procuração seja por escritura pública, outorgada com poderes especiais, com menção de pelo menos duas testemunhas, devidamente qualificadas, que presenciaram o fato objeto do assento e o ato notarial.
- (C) a petição de registro tardio (registro civil fora do prazo).
- (D) a habilitação de casamento, desde que as testemunhas compareçam à celebração.

**((NG)) DIREITO PROCESSUAL CIVIL ((CL))**

**83.** Sobre as partes do processo, é correto dizer que

- (A) a pendência do processo é fator impeditivo da alienação da coisa litigiosa.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(B) a alienação da coisa litigiosa por ato *inter vivos*, no curso do processo, não altera a legitimidade, prosseguindo o feito entre as partes originárias e somente podendo ingressar o adquirente, em substituição ao alienante, se a parte contrária o consentir.

(C) falecendo uma das partes, em nenhum caso será extinto o processo, sendo sempre possível a habilitação dos sucessores.

(D) pessoa falecida pode ser parte, desde que devidamente representada pelos sucessores.

**84.** Considere as seguintes frases:

I. A citação por via postal não é admissível em ações de estado ou quando for ré pessoa incapaz.

II. O comparecimento espontâneo do réu não supre a falta da citação, que deve ser sempre realizada pelos meios previstos em lei.

III. A citação por Oficial de Justiça não pode em hipótese alguma ser feita em dias feriados.

IV. Na citação por edital, o prazo nele fixado pelo Juiz não se confunde com o prazo de defesa, decorrente do procedimento observável em cada caso.

Pode-se dizer que estão

(A) corretas apenas as de n.º I e IV.

(B) todas corretas.

(C) corretas apenas as de n.º II e III.

(D) corretas apenas as de n.º III e IV.

**85.** Podem ser conhecidas de ofício pelo Juiz, para efeito de extinção do processo sem apreciação do mérito, as seguintes matérias:

(A) compromisso arbitral, decadência e coisa julgada.

(B) compromisso arbitral, pressupostos processuais e litispendência.

(C) prescrição, condições da ação e pressupostos processuais.

(D) coisa julgada, preempção e condições da ação.

**86.** Sobre os atos do Juiz, é correto dizer que



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

- (A) os despachos de mero expediente não precisam ser proferidos pelo Juiz, podendo sê-lo pelo próprio cartório.
- (B) decisão interlocutória é o mesmo que decisão terminativa simples.
- (C) sentença é o ato que põe fim ao processo, com ou sem julgamento de mérito.
- (D) dependem sempre de provocação das partes, não podendo ser praticados de ofício.

**87.** Considere as assertivas a seguir sobre a força probante dos documentos:

- I. A escritura pública, mesmo quando da essência do ato, pode ser suprida por declaração conjunta dos interessados ou por confissão.
- II. Autor do documento particular é quem o assina ou, mesmo sem assinar, quem o manda compor, no caso de documentos que segundo a experiência comum não são assinados (como livros comerciais e assentos domésticos).
- III. Fazem a mesma prova que os originais os traslados e as certidões extraídas por Oficial Público, de instrumentos ou documentos lançados em suas notas.
- IV. Não tem fé pública a escritura, lavrada por Tabelião, na parte correspondente ao conteúdo das declarações feitas pelos particulares que comparecem ao ato.

Pode-se afirmar que

- (A) apenas a assertiva I é falsa.
- (B) são verdadeiras todas as assertivas.
- (C) são falsas as assertivas II e IV.
- (D) são falsas as assertivas I e IV.

**88.** Condenado o obrigado, em processo de conhecimento, a emitir declaração de vontade:

- (A) não é admitida, no sistema processual brasileiro, sentença nos moldes do enunciado.
- (B) caberá processo de execução para a exigência do cumprimento, com possibilidade de oposição de embargos.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

(C) a obrigação será exigida mediante cominação de multa diária e, no caso de descumprimento, será convertida em perdas e danos.

(D) a sentença, uma vez transitada em julgado, produzirá os efeitos da declaração a ser emitida.

**89.** Em matéria recursal, é adequado falar que

(A) cabe agravo contra decisões interlocutórias e contra sentenças de extinção do processo sem julgamento do mérito.

(B) a apelação é o recurso cabível contra sentença, tenha ou não sido apreciado o mérito.

(C) cabe agravo contra despachos de mero expediente.

(D) os embargos de declaração são destinados a possibilitar a reconsideração da decisão pelo próprio órgão judiciário que a proferiu.

**90.** Admite-se a penhora

(A) do veículo de transporte, mesmo quando utilizado como instrumento de trabalho pelo devedor.

(B) do imóvel residencial próprio do executado ou da entidade familiar, na execução promovida pelo credor em decorrência de financiamento destinado à construção ou aquisição do imóvel.

(C) do salário.

(D) dos livros, máquinas e utensílios, ainda se necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão.

**((NG))DIREITO CONSTITUCIONAL((CL))**

**91.** Assinale a alternativa correta.

A elaboração de uma nova Constituição é da competência do denominado Poder Constituinte Originário.

São formas de exercício do Poder Constituinte:

(A) o poder Constituído e o Conselho de Notáveis.

(B) a revolução e a Assembléia Constituinte.

(C) a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

(D) os representantes da Sociedade Civil e do Congresso Nacional.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**92.** Assinale a alternativa correta.

A Constituição Federal estabelece que todo o poder emana do povo, que o exerce mediante representantes eleitos, ou diretamente, por meio do

- (A) referendo, do *habeas corpus* e da ação popular.
- (B) referendo, da ação popular e do plebiscito.
- (C) mandado de injunção e da iniciativa popular.
- (D) plebiscito, do referendo e da iniciativa popular.

**93.** Assinale a alternativa correta.

A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; do Presidente da República ou de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros. Não será, porém, objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir

- (A) a separação dos Poderes; os direitos e garantias individuais; o salário mínimo e a vedação do trabalho aos menores de 14 anos.
- (B) a forma federativa; a competência do tribunal do júri para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida; o *habeas corpus* e a aposentadoria integral dos funcionários públicos.
- (C) o voto direto, secreto, universal e periódico; o regime presidencialista; a irredutibilidade dos salários e os direitos e garantias individuais.
- (D) a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais.

**94.** Assinale a alternativa correta.

A jurisprudência vem considerando o SCPC e SERASA como entidades de caráter público. De qual remédio jurídico-processual de natureza constitucional pode valer-se o consumidor para assegurar o conhecimento de informações relativas à sua pessoa constantes de registros ou bancos de dados e para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo?



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

- (A) Mandado de Injunção.
- (B) Mandado de Segurança.
- (C) *Habeas Data*.
- (D) *Habeas Corpus*.

**95.** Assinale a alternativa correta.

São privativos de brasileiro nato os cargos

- (A) de Presidente e Vice-Presidente da República e de Oficial das Forças Armadas.
- (B) de Presidente da Câmara dos Deputados e de Juiz Federal.
- (C) de Senador e Ministro da Fazenda.
- (D) de Ministro do Supremo Tribunal Federal e de Procurador Geral do Estado.

**96.** Assinale a alternativa correta.

O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios

- (A) para os analfabetos que sabem assinar o próprio nome.
- (B) para os maiores de dezoito anos.
- (C) para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos que possuem o título eleitoral.
- (D) para os estrangeiros residentes no País com visto permanente.

**97.** Assinale a alternativa correta.

Em caso de vacância do cargo de Presidente da República, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência:

- (A) o Vice-Presidente, que convocará nova eleição para noventa dias depois de aberta a vaga, a ser presidida pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.
- (B) o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.
- (C) o Deputado Federal mais votado, o Presidente da Câmara dos Deputados e o do Senado Federal.
- (D) o Vice-Presidente, o Presidente da Câmara dos Deputados o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**98.** Assinale a alternativa correta.

O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio

(A) após prévia separação judicial por mais de um ano, nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos.

(B) desde que cumpridas as obrigações assumidas pelo requerente na separação, tratando-se de pedido de conversão da separação judicial em divórcio.

(C) desde que ao tempo da separação de fato não estivesse vivendo em concubinato.

(D) desde que, em se tratando de estrangeiros, sejam casados pela lei brasileira e domiciliados no Brasil.

**99.** Em concurso público, a participação de examinador que é sócio dos dois primeiros colocados no certame, ainda que não haja lei específica proibindo, ofende o princípio constitucional da

(A) eficiência.

(B) legalidade.

(C) moralidade.

(D) publicidade.

**100.** Compete privativamente autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente, o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado

(A) ao Senado Federal.

(B) à Câmara dos Deputados.

(C) ao Supremo Tribunal Federal.

(D) ao Conselho Nacional de Justiça.

1 - D	2 - A	3 - D	4 - C	5 - B	6 - C	7 - C	8 - B	9 - A	10 - D
11 - B	12 - A	13 - C	14 - A	15 - C	16 - D	17 - D	18 - B	19 - A	20 - C
21 - A	22 - D	23 - B	24 - C	25 - A	26 - D	27 - B	28 - C	29 - A	30 - A
31 - B	32 - D	33 - C	34 - A	35 - C	36 - B	37 - D	38 - A	39 - C	40 - A
41 - D	42 - D	43 - C	44 - B	45 - C	46 - A	47 - D	48 - B	49 - B	50 - C
51 - A	52 - B	53 - D	54 - B	55 - D	56 - A	57 - C	58 - D	59 - A	60 - A



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

61 - C	62 - B	63 - A	64 - C	65 - D	66 - B	67 - A	68 - D	69 - C	70 - B
71 - A	72 - C	73 - A	74 - D	75 - B	76 - C	77 - B	78 - B	79 - C	80 - A
81 - D	82 - A	83 - B	84 - A	85 - D	86 - C	87 - A	88 - D	89 - B	90 - B
91 - B	92 - D	93 - D	94 - C	95 - A	96 - B	97 - D	98 - A	99 - C	100 - B

E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não se alegue desconhecimento, é expedido o presente edital.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2006.

(a) **SÉRGIO JACINTHO GUERRIERI REZENDE**  
Desembargador Presidente da Comissão do Concurso